

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS



2025

Este relatório cumpre com os requisitos de informação para fiscalização da concedente, previstos nos artigos 82.º e 83.º do Contrato de Concessão.

Este relatório é um documento da responsabilidade do Conselho de Administração (CA) e foi elaborado pela Direção Geral em colaboração com todos os departamentos da empresa.

DOCINT.0064.2026, CA de 27.02.2026

ÍNDICE

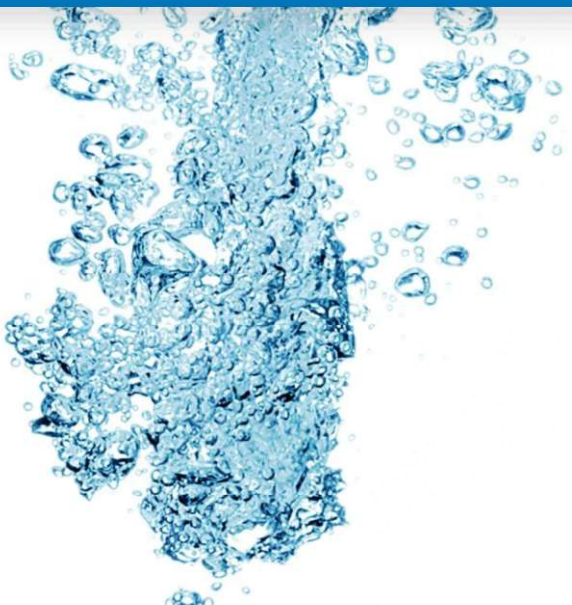
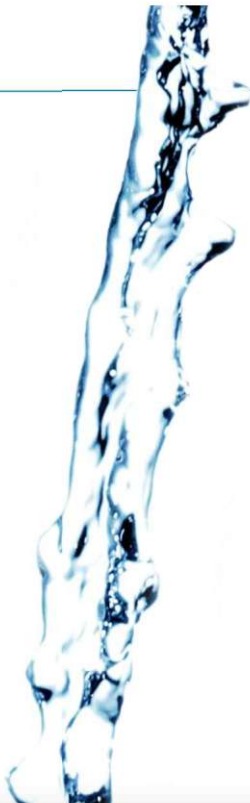
ASSINATURAS	6
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	8
GERAL	8
Portugal	8
ENQUADRAMENTO DO SETOR E DA CONCESSÃO	9
Portugal - Atividade do Setor	9
CONTEXTO E ENVOLVENTE DA CONCESSÃO	11
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	14
CORPOS SOCIAIS	14
ESTRATÉGIA E ORGANOGRAMA	15
VALORES DA EMPRESA	17
CONCEÇÃO DO SERVIÇO	19
PLANEAMENTO, CONCEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS	19
GESTÃO OPERACIONAL	19
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	19
Sistema de Distribuição	19
Fornecimento	20
ÁGUAS RESIDUAIS	22
Sistema de Drenagem e Tratamento	22
Recolha e Drenagem	23
MANUTENÇÃO	23
Infraestrutura	23
Frota	25
SERVIÇO AO CLIENTE	25
Nível de Serviço e Contratação	25

Faturação	26
Cobranças e Suspensões	27
Reclamações e Sugestões	28
Satisfação do Cliente	28
PLANO DE INVESTIMENTO	29
Ampliação e Remodelação de Redes	29
RECURSOS HUMANOS	29
Gerir a Estrutura Organizacional	29
Motivar e Manter os Colaboradores	30
Desenvolver e Formar os Colaboradores	30
Absentismo	31
Custos com Pessoal	32
MELHORIA E INOVAÇÃO	33
Sugestões	33
Qualidade, Ambiente e Segurança	34
Inovação	34
SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	35
Rentabilidade dos Capitais Próprios	35
Rentabilidade do Ativo	36
EBITDA	36
Compras e Inventários	37
Custo do Endividamento	38
SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA	39
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	40
PERSPETIVAS PARA O FUTURO	40
EVENTOS SUBSEQUENTES	41
NOTA FINAL	43
ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 2025	43
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024	44
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024	45
DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO 2025 E 2024	46

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 2025 E 2024	47
ANEXO	48

ASSINATURAS

António Manuel Paredes Pereira da Cunha Presidente do Conselho de Administração	Assinado por: António Manuel Paredes Pereira da Cunha Num. de Identificação: [REDACTED] Data: 30-03-2026 15:49:43 -04:00 
João Pedro Faria Feliciano Vogal do Conselho de Administração	Assinado por: JOÃO PEDRO FARIA FELICIANO Num. de Identificação: [REDACTED] Data: 2026.03.30 20:29:06+01'00'
Altino Barbosa da Conceição Vogal do Conselho de Administração	Assinado por: Altino Barbosa da Conceição Num. de Identificação: [REDACTED] Data: 2026.03.30 17:05:41+01'00'
Fausto Manuel Melo de Oliveira Vogal do Conselho de Administração	Assinado por: Fausto Manuel Melo de Oliveira Num. de Identificação: [REDACTED] Data: 2026.03.30 17:13:51+01'00'
Camilo dos Santos Mota Vogal do Conselho de Administração	Assinado por: CAMILO DOS SANTOS MOTA Num. de Identificação: [REDACTED] Data: 2026.03.31 09:56:00+01'00' 
Maurício Fernando Alves Costa da Rocha Diretor Administrativo e Financeiro	Assinado por: Maurício Fernando Alves Costa da Rocha Num. de Identificação: [REDACTED] Data: 2026.03.30 12:47:48+01'00'



// ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

GERAL

O exercício de 2025 decorreu num contexto económico internacional ainda marcado por elevada incerteza, associada à persistência de tensões geopolíticas, nomeadamente o conflito na Ucrânia e a instabilidade no Médio Oriente. Apesar destes fatores, os mercados financeiros apresentaram maior estabilidade face aos anos anteriores, com impacto mais contido nos preços da energia e das matérias-primas.

Na área do euro, a inflação continuou o seu percurso de desaceleração, aproximando-se gradualmente do objetivo de médio prazo do Banco Central Europeu. Este enquadramento permitiu uma orientação menos restritiva da política monetária, traduzida numa redução gradual das taxas de juro diretas, com efeitos positivos nas condições de financiamento da economia.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores médios no fim do período):

	2023	2024	2025
Euribor 1M	3,17%	3,60%	1,99%
Euribor 3M	3,35%	3,61%	2,11%
Euribor 6M	3,56%	3,53%	2,15%
Euribor 12M	3,85%	3,31%	2,16%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)

Portugal

A economia portuguesa manteve uma trajetória de crescimento moderado em 2025, beneficiando sobretudo da dinâmica da procura interna. De acordo com as projeções do Banco de Portugal, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento em torno de 2,0%, refletindo a recuperação do consumo privado, apoiada pelo aumento do rendimento real das famílias, e a evolução favorável do investimento, em particular associado à execução de fundos europeus.

O contributo do setor externo manteve-se mais contido, num contexto de menor crescimento dos principais parceiros comerciais, ainda assim com a balança corrente a permanecer globalmente equilibrada.

O mercado de trabalho apresentou-se resiliente ao longo do período, com níveis de emprego próximos de máximos históricos. A taxa de desemprego manteve-se em valores reduzidos e relativamente estáveis, refletindo a solidez da atividade económica, ainda que com sinais de moderação no ritmo de criação de emprego.

A inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor Harmonizado (IHPC), continuou a desacelerar em 2025, situando-se em média em torno de 2,2%, refletindo a normalização dos preços da energia e a menor pressão sobre os custos de produção. Esta evolução contribuiu para a recuperação do poder de compra das famílias e para um ambiente económico mais previsível.

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base nos dados Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2023	2024	2025
PIB	2,5%	2,1%	2,0%
IPC	4,3%	2,4%	2,1%
IHPC	5,3%	2,7%	2,2%
Desemprego	6,5%	6,4%	6,2%
Consumo Privado*	2,0%	3,0%	3,6%
Consumo Público*	0,6%	1,5%	1,6%
Exportações*	3,5%	3,1%	1,1%
Importações*	1,7%	4,8%	5,3%

Fonte: Banco de Portugal e INE

* Dados Dezembro de 2025

ENQUADRAMENTO DO SETOR E DA CONCESSÃO

Ao nível nacional, encontra-se em curso o ciclo de planeamento estratégico PENSAARP 2030 - Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais no horizonte temporal de 2021 a 2030. Este plano estratégico tem como objetivos globais a promoção da eficácia, eficiência e sustentabilidade dos serviços e a valorização do ambiente, da economia e da sociedade através dos mesmos serviços.

Portugal - Atividade do Setor

De acordo com o RASARP 2025, existem atualmente em Portugal 352 entidades gestoras, das quais 222 com atividade de abastecimento público de água, 223 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 258 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2025), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (173) e de população (4,9 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 6,9 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	9
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	4	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
TOTAL	19	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP 2025

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal 214 entidades no abastecimento de água e 237 no saneamento de águas residuais, repartidas por 7 e 6 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 2,4 milhões de habitantes e 136 concelhos, assim como os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,5 milhões de habitantes e 27 concelhos, seguindo-se as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes e 68 concelhos, e as concessões municipais, com cerca de 1,6 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,0 milhões de habitantes e 138 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,5 milhões de habitantes em 25 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,1 milhões de habitantes em 67 concelhos, as concessões municipais, com 1,4 milhões de habitantes em 21 concelhos, e as parcerias Estado/Municípios, com 0,8 milhões de habitantes distribuídos por 25 concelhos.

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	23	21	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	3	3	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	30	28	20
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	21	20	9
Serviços Municipais	135	138	206
TOTAL	214	211	237

Fonte: ERSAR, RASARP 2025

No que se refere à avaliação da qualidade de serviço, a acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, é atualmente considerada boa para o território continental (RASARP, 2025).

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	98%
Área mediamamente urbana	96%	Área mediamamente urbana	91%
Área predominantemente rural	94%	Área predominantemente rural	79%

Fonte: ERSAR, RASARP 2025

No que se refere aos restantes indicadores, sem prejuízo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas entidades gestoras, o RASARP 2025 destaca como principais oportunidades de melhoria nos serviços em baixa:

- Abastecimento de água - ocorrência de falhas no abastecimento, resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação escritos, adesão ao serviço, água não faturada, reabilitação

de condutas, ocorrência de avarias em condutas, perdas reais de água, eficiência energética de instalações elevatórias e produção própria de energia.

- Saneamento de águas residuais - ocorrência de inundações, resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação escritos, adesão ao serviço por rede fixa, reabilitação de coletores, ocorrência de colapsos estruturais em coletores, monitorização da condição de coletores, eficiência energética de instalações elevatórias, produção de água para reutilização, produção própria de energia, controlo de descargas de emergência e de tempestade e controlo de descargas de emergência e de tempestade.

CONTEXTO E ENVOLVENTE DA CONCESSÃO

No ano de 2025 a AdG, SA deu continuidade ao normal desenvolvimento da sua atividade com vista à prossecução dos objetivos fixados.

No que à atividade comercial diz respeito, é de sublinhar o aumento do n.º de clientes de água (476) e do n.º de clientes de saneamento (709), refletindo a ligeira melhoria da conjuntura económica, acompanhada de alguma retoma na compra de novas habitações e na renovação de alojamentos e outros espaços devolutos. Na atividade do saneamento, o acréscimo verificado reflete também a adesão às notificações de obrigatoriedade de ligação enviadas durante os últimos 12 meses, ou decorrentes da ação da fiscalização orientada para locais de consumo já servidos por esta infraestrutura, principalmente em resultado da entrada em serviço da rede pública de águas residuais recentemente construída pelo Município, nos lugares de Esposade e Sousa, no âmbito do POSEUR.

Em 2025, verificou-se uma ligeira deterioração do desempenho do *call center*, com o grau de atendimento a situar-se em 93,75%, face aos 94,53% registados em 2024, o que representa uma variação negativa de 0,78%.

Esta evolução desfavorável resulta, essencialmente, do aumento do volume global de chamadas telefónicas, associado à ocorrência de picos de chamadas concentrados em determinados períodos, o que contribuiu para o acréscimo do número de chamadas não atendidas.

Face a esse contexto, encontram-se em curso medidas de reorganização dos recursos humanos afetos ao atendimento telefónico, nomeadamente através do ajustamento das escalas e da redistribuição dos colaboradores, com o objetivo de reforçar a capacidade de resposta nos períodos de maior afluência. Estas medidas visam garantir que, em 2026, seja novamente possível atingir o nível mínimo de atendimento de 95% estabelecido como compromisso do serviço

Aos clientes com menores recursos económicos continuou a ser disponibilizado o Tarifário Especial acordado com a Concedente no âmbito do 2º Aditamento ao Contrato de Concessão. O processo de candidatura e seleção é realizado pela Concedente, e até ao final de 2025 abrangeu um total de 1.028 beneficiários, o que representa uma estabilização comparativamente ao ano anterior.

Ao longo do período em análise prosseguiram também, com normalidade, os trabalhos da Comissão de Acompanhamento da Concessão (CAC) - criada nos termos e para os efeitos previstos no DL 194/2009 - bem como os do Gabinete de Acompanhamento da Concessão (GAC).

Ao nível da envolvente externa do Contrato de Concessão, continua a merecer realce muito especial a Revisão do Contrato de Concessão, formalmente solicitada à Concedente em fevereiro de 2019, e cujo processo negocial ainda decorre, com acompanhamento da CAC e do GAC.

De entre os eventos em análise, e que justificam o Reequilíbrio Económico-Financeiro da Concessão, salientam-se os impactos estimados com Regulamento das Relações Comerciais (Regulamento ERSAR n.º 594/2018) e com o Memorando de Entendimento, o qual prevê uma redução da trajetória tarifária

consubstanciada numa diminuição de 16% do tarifário doméstico de abastecimento de água (1º e 2º escalões), aplicado em 2020.

Contudo, no final de dezembro de 2022, a Concedente deliberou unilateralmente a aplicação da referida redução tarifária a partir de 1 de janeiro de 2023, tendo os impactos daí decorrentes sido reconhecidos e faturados à Concedente.

Ainda relativamente ao processo de Reequilíbrio ainda curso, e tal como já referido em anteriores Relatórios de Atividade, a ERSAR realizou uma Ação de Monitorização ao Contrato de Concessão, e na qual envolveu também os representantes da Concedente.

De acordo com o relatório final da auditoria, os principais aspetos que Concessionária e Concedente deverão ter em atenção, seja na revisão do contrato seja em alteração de procedimentos de comunicação entre ambas as entidades, são os seguintes:

- necessidade de a Concessionária promover a elaboração de uma versão consolidada do Contrato de Concessão;
- obrigação, por parte da Concessionária, de prestação do serviço de recolha de águas residuais em fossas particulares, a organizar de acordo com legislação em vigor e com a aplicação de um tarifário adequado (com tarifas fixas e tarifas volumétricas);
- necessidade de melhor articulação entre a Concedente e a Concessionária, no âmbito dos processos de licenciamento urbanístico, no sentido de se garantir que a entidade gestora é consultada sobre os projetos de especialidades no âmbito do licenciamento de operações urbanísticas;
- necessidade de ajustamentos à estrutura tarifária em vigor, a qual, no entendimento da ERSAR não cumpre integralmente o preconizado pelo Regulador, nomeadamente no que respeita à cobrança de ramais e de tarifas de ligação.

Todos estes aspetos têm vindo a merecer a devida atenção das partes, no âmbito do processo de revisão contratual em curso.

No período em análise, e no que concerne à Regulação do Setor são ainda de relevar:

- o ciclo de Avaliação da Qualidade de Serviço das Entidades Gestoras, referente ao ano de 2025;
- Atribuição, à AdG, dos Selos de Qualidade (2024) nas categorias de ‘Água para consumo humano’, ‘Uso eficiente da água’ e ‘Serviço de abastecimento público de água (ao consumidor)’. Estas distinções resultam do processo de avaliação quantitativa das entidades gestoras reguladas, tendo por base os indicadores e dados provenientes dos diversos ciclos de regulação, seguida de uma avaliação qualitativa, tendo em conta aspetos relacionados com a governança, cumprimento das obrigações legais, conduta perante o regulador e ocorrências significativas com impacto na prestação do serviço.
- Participação da AdG, em articulação com as demais empresas dos Grupos Acionistas, na Consulta Pública relativa ao ‘Projeto de Revisão do Regulamento dos Procedimentos Regulatórios’ e ao início do ‘Procedimento de elaboração do Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas’;

É ainda de salientar que em outubro de 2025 a AdG respondeu ao questionário de “Auditoria aos níveis de eficiência das redes municipais de distribuição de água”, de iniciativa do Tribunal de Contas.

Merece também destaque a Auditoria de Acompanhamento da Certificação do Sistema de Gestão Integrado da empresa (ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2023), realizada pela APCER.

Em 2025 a Águas de Gondomar foi distinguida na 2.ª edição dos Prémios Caixa ESG, que visam reconhecer e valorizar as empresas que incorporam as melhores práticas ambientais, sociais e de governança na sua gestão.

Quanto à perceção, por parte do cliente, da qualidade do atendimento telefónico, manteve-se ativo o inquérito telefónico com o objetivo de medir a Satisfação do Cliente. Este questionário foca-se na qualidade do atendimento telefónico, considerando aspetos como a rapidez no atendimento, a cordialidade e a eficácia na resolução de problemas, e nele participaram 21.153 clientes. Numa escala de 1 a 5, a média atribuída ao atendimento telefónico da AdG foi de 4,7.

Ainda no que se refere à satisfação do cliente, em março atingimos níveis históricos, de acordo com os resultados do mais recente estudo conduzido pela NielsenIQ. O inquérito, realizado junto de 300 residentes do concelho, revelou que 70% dos clientes estão satisfeitos com os serviços da empresa; o dobro do valor registado em 2022.

O desempenho positivo é atribuído ao esforço conjunto das equipas da Águas de Gondomar, cujo profissionalismo e dedicação têm vindo a reforçar a confiança dos clientes. Um dos indicadores mais valorizados foi a regularidade do abastecimento de água, com 72% de satisfação, e 54% dos clientes afetados por interrupções de fornecimento, destacam a rapidez na resolução do problema.

Importa também destacar que, apesar da conclusão, ainda em 2022, do Plano de investimentos estabelecido no 2º Aditamento ao Contrato de Concessão, ao longo do ano de 2025 a AdG executou obras que atingiram o valor total de 512.208€.

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A empresa Águas de Gondomar, S.A. foi constituída em 15 de outubro de 2001 com um capital social de 2.500.000 Euros.

A atual estrutura acionista é a seguinte:

AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.	212.499	Ações
AQUAPOR Serviços, S.A.	212.499	Ações
CAMILO SOUSA MOTA & Filhos, S.A.	75.000	Ações
Luságua ALCANENA Gestão de Águas, S.A.	1	Ação
WATER VALUE - Serviços Ambientais, S.A.	1	Ação

CORPOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:	Filipa Pinto Basto de Sousa de Macedo Ravasco Mendes
Vice-Presidente:	Jorge Manuel da Costa e Silva Moutinho
Secretária:	Cláudia Sofia Delicado Baleiras Dias Correia

Conselho de Administração

Presidente:	António Manuel Paredes Pereira da Cunha
Vogais:	João Pedro Faria Feliciano
	Altino Barbosa da Conceição
	Fausto Manuel Melo de Oliveira
	Camilo dos Santos Mota

Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Representada por Paulo Jorge Luís da Silva.

ESTRATÉGIA E ORGANOGRAMA

A empresa definiu a sua Missão e Visão da seguinte forma:

Missão

Conceber, construir e gerir com eficiência os serviços públicos de abastecimento de água e drenagem de águas residuais do Município de Gondomar, numa perspetiva de melhoria contínua, garantindo os melhores níveis de qualidade aplicáveis ao setor de forma a promover a qualidade de vida dos Clientes e assegurar a sustentabilidade ambiental.

Visão

Ser uma empresa de referência a nível nacional e reconhecida pela sua competência, capacidade e qualidade dos serviços prestados.

No âmbito da revisão da estratégia da empresa para o ano de 2025 foi definida a seguinte Matriz de SWOT.

Pontos Fortes		Pontos Fracos	
Ref.			Ref.
<F1	Estrutura da empresa adequada ao desenvolvimento de Projetos Especiais (PGPI, PSA, SHRA, SHRAR, etc.).	Dificuldade de manutenção de níveis consistentes de utilização dos procedimentos internos.	>F1
<F2	Elevado grau de conhecimento das infraestruturas baseado em: cadastro georreferenciado e atualizado dos sistemas de água e águas residuais, simulação hidráulica e telegestão.	A existência das instalações distintas dificulta o desenvolvimento organizacional.	>F2
<F3	Capacidade instalada das infraestruturas de água e águas residuais adequada.	Elevado nível de afluências indevidas à rede de AR.	>F3
<F4	Recursos Humanos com competências adequadas nos diversos níveis da organização com capacidades de polyvalência e disponibilidade para prestar trabalho de forma adaptada às necessidades da empresa.	Reabilitação das redes de AA+AR com dotação financeira insuficiente o que impede o cumprimento das metas fixadas pelo regulador.	>F4
<F5	Existência de registos históricos de intervenção nos sistemas de manutenção.	A distribuição desequilibrada da reserva de água dificulta a operação e a manutenção da qualidade da água.	>F5
<F6	Excelente nível de qualidade de água distribuída.	A empresa tem instalações, tais como a sua sede e parque operacional, desadequadas ao fim a que se destinam pondo em causa a segurança e saúde dos utilizadores e as condições ambientais.	>F6
<F7	O desempenho no combate às perdas de água, coloca-nos acima dos níveis de referência do setor.	Inexistência de um plano de investimento adicional, que permita o aumento da taxa de cobertura dos serviços de água e saneamento.	>F7
<F8	Manutenção de Sistema de Gestão Integrado, certificado e suportado em ferramentas de gestão como o Balanced ScoreCard.	Dificuldade para concluir com eficácia ações corretivas em tempo útil	>F8
<F9	Compromisso em proporcionar aos seus colaboradores condições de trabalho que promovam a prevenção de lesões e problemas e danos na saúde.	Nível etário elevado das equipas operacionais.	>F9
<F10	Conhecimento das origens, impacto das afluências à rede AR e estabelecimento de planos de monitorização e controlo.	Propensão crescente das fichas de aptidão médica (FAM) com condicionantes.	>F10
<F11	Integração da empresa em grupos de referência do setor facilita a criação de sinergias e transferência de Know How.	Necessidade de melhorar sistematicamente a relação /comunicação com o cliente	>F11
<F12	Nível tecnológico das instalações e equipamentos de AR (ETAR e EEAR) permitem melhorar os níveis de serviço	O enquadramento da AdG, enquanto fornecedor de serviços essenciais, na legislação relativa à Cibersegurança, exige um diagnóstico dos sistemas e definição de planos de implementação.	>F12
<F13	Realização de exames complementares de diagnóstico no âmbito da Medicina do Trabalho	Dificuldade de contratação/substituição e retenção de RH	>F13
<F14	Realização de ações para a redução do risco em SST	Dificuldade em assegurar a integração de dados históricos com novas aplicações instaladas.	>F14
<F15	Resiliência das equipas e a capacidade de resposta e adaptação	O enquadramento legal da Cibersegurança, impõe novos procedimentos a implementar na organização	>F15
<F16	A definição da estratégia de digitalização da empresa pode permitir sinergias organizacionais que potenciam a flexibilização dos regimes de trabalho.		
Oportunidades		Ameaças	
Ref.			Ref.
<O1	A dinâmica da regulação do setor promove a implementação de programas inovadores e de gestão, como o PGPI e PSA, SGOAS, promovendo a melhoria do serviço prestado.	Os objetivos definidos no PENSARP 2030 colidem, em parte, com as obrigações definidas no Modelo de Concessão estabelecido e da legislação aplicável (PPP).	>A1
<O2	Possibilidade de estabelecer protocolos de colaboração com centros de investigação e outras entidades do ensino superior	A redução da água faturada como consequência do recurso a origens próprias, comportamentos fraudulentos e a alteração de hábitos de consumo, reutilização e utilização de água não potável para usos compatíveis.	>A2
<O3	Aplicações informáticas disponíveis a custos reduzidos, permitem elevado desenvolvimento tecnológico (instrumentação e materiais) e a otimização dos recursos.	Evolução populacional dos Censos de 2021 contraria a perspetiva de crescimento prevista nos Modelos Económicos Gerais e Projetos de Infraestruturas.	>A3
<O4	Oferta de soluções tecnológicas que promovem a qualidade ambiental, com aplicação direta na redução do consumo energético e da emissão de CO2.	Descarga clandestinas na rede de AR e recolha de fossas sépticas, sem qualquer controlo de qualidade e quantidade.	>A4
<O5	A revisão periódica dos contratos de concessão e o acesso a fontes de financiamento nacionais e comunitárias poderão garantir a implementação de planos de gestão, do tipo do PGPI.	Alterações legislativas com impacto económica na atividade da Concessão, nomeadamente o DL 194/2009, o Regulamento n.º 594/2018 (Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos), o Regulamento n.º 446/2024 e outra identificada na ferramenta de gestão da legislação	>A5
<O6	Disponibilidade de novas soluções (equipamentos e ferramentas) de apoio à operação que reduzem a exposição a riscos para a SST	O contexto económico das famílias potencia a ocorrência de incumprimento nos pagamentos, agravada pelos prazos prescricionais curtos.	>A6
<O7	A norma ISO50001 constitui um referencial cuja adoção na AdG poderá ter efeitos positivos a nível energético e ambiental	Existem requisitos legais que ainda não se encontram a ser cumpridos, os quais se encontram identificados na ferramenta de gestão de legislação.	>A7
<O8	Integrar a IA nos procedimentos da empresa.	As condições climáticas adversas mais frequentes, decorrentes das Alterações Climáticas, são suscetíveis de provocar situações de emergência colocando em risco a atividade da AdG, os seus colaboradores e a comunidade.	>A8
		Incrementar o uso de água tratada para reutilização (ApR) exigirá investimento de adaptação que não se encontra contemplado no Plano de Investimento da AdG	>A9
		Dificuldade dos prestadores de serviço da AdG em identificar os perigos e avaliar os riscos, e assegurar a implementação das medidas necessárias ao seu controlo.	>A10
		Falta generalizada de mão de obra, em particular a especializada	>A11

Para cumprir a missão definida e alcançar a visão, o Conselho de Administração definiu uma Política da Organização e as decorrentes linhas estratégicas que a seguir se apresentam:

Política da Organização

Linhas estratégicas

LE1 Maximizar o valor, otimizando a gestão operacional e eliminando ineficiências

LE2 Assegurar e sistematizar a melhoria contínua do desempenho, incluindo o ambiental

LE3 Atingir os níveis de atendimento pretendidos

LE4 Antecipar e satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes e outras partes interessadas

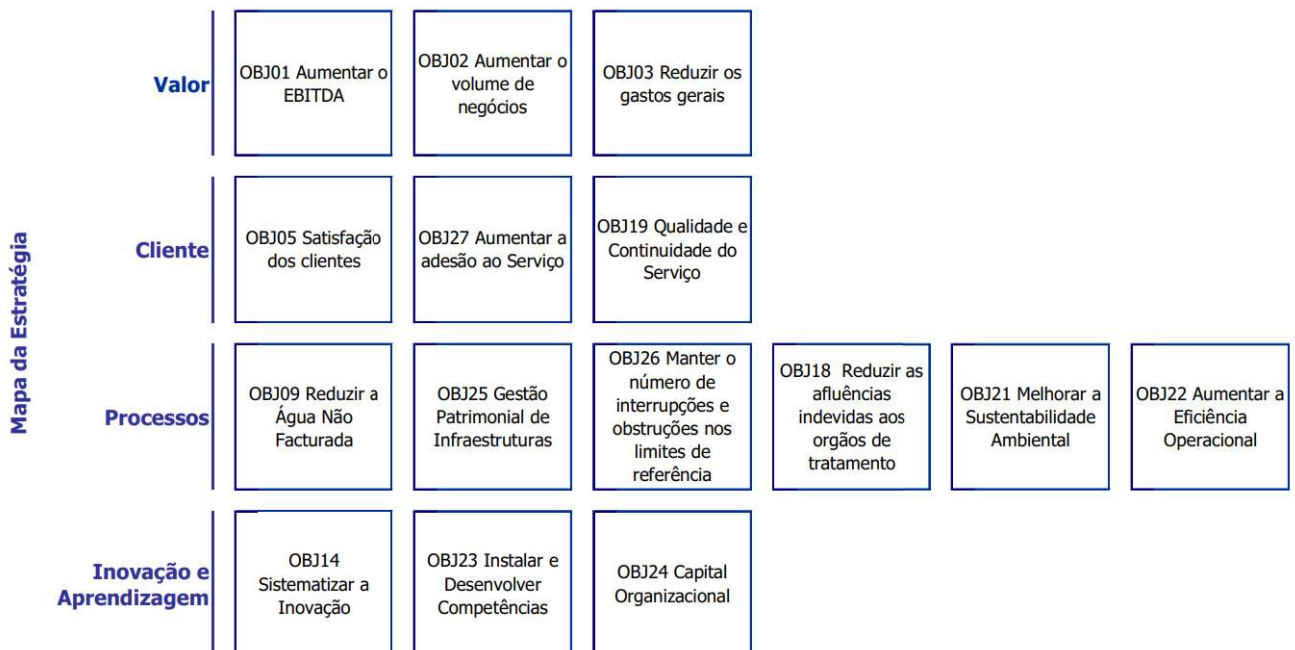
LE5 Garantir a Continuidade, Qualidade e Melhoria do Serviço, bem como a privacidade e segurança dos dados de todos os intervenientes

LE6 Proteger os valores de saúde pública, contribuindo para a proteção do ambiente, assegurando o cumprimento dos requisitos de conformidade identificados

LE7 Avaliar, controlar e reduzir os riscos de ambiente e segurança, prevenindo a poluição, lesões, problemas e danos para a saúde

LE8 Promover a participação e consulta dos trabalhadores, assegurando a sua competência e motivação

Os objetivos estratégicos definidos são os seguintes:



A implementação da estratégia e promoção dos objetivos definidos encontra-se alicerçada no Plano de Ações do BSC e nos BSC Departamentais.

Mantêm-se os valores da empresa revistos em 2018, que foram comunicados a todos os colaboradores e relativamente aos quais se pretende um alinhamento de comportamentos, que enquadre a postura dos nossos colaboradores face à relevância das suas atividades profissionais.

VALORES DA EMPRESA

Ambição

Somos muito ambiciosos na definição dos objetivos pois entendemos a melhoria contínua como obrigatória.

Mérito

Acreditamos no mérito de cada um pelo que o entendemos com base em factos e métricas dos resultados.

Espírito de Equipa

Todos estamos obrigados a contribuir, incentivamos o consenso, a autonomia, a delegação de poderes mas com o contraponto da responsabilização de cada um. Valorizamos os resultados das equipas acima dos individuais e a flexibilidade quando demonstra vontade de ajudar naquilo que faz mais falta. Apesar do mérito se medir nos resultados também valorizamos o esforço.

Comprometimento

Valorizamos o empenho sincero, assertivo, honesto e íntegro com os objetivos da empresa.

Inovação

As ideias são o motor do desenvolvimento da empresa. Valorizamos e incentivamos todos os contributos.

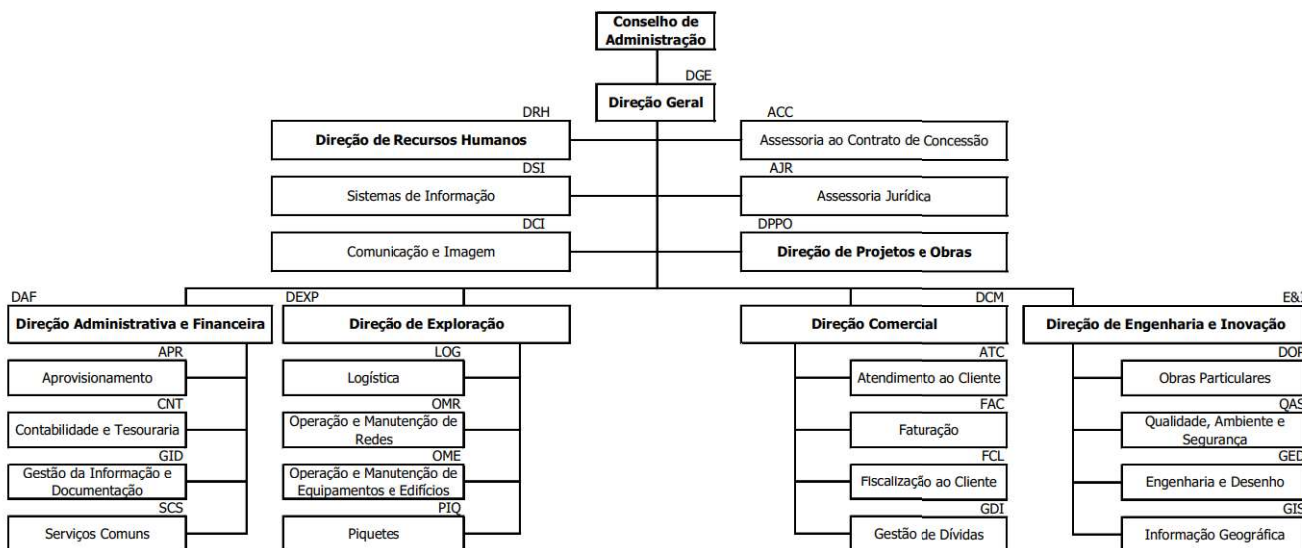
Orientação para o Cliente

Consideramos o cliente como nosso parceiro pelo que as suas necessidades e expectativas são determinantes e visamos a sua satisfação. Entendemos as sugestões e as reclamações como oportunidades de melhoria.

Ecoeficiência

Obrigamo-nos a ser ambientalmente sustentáveis e eficientes. A eficiência é a soma de todas as oportunidades de aumentar a relação entre o valor criado e os recursos consumidos.

A estrutura hierárquica da empresa está esquematizada no organograma que se apresenta a seguir e pretende ajustar a organização às linhas estratégicas e objetivos operacionais acima descritos.



O DG é o representante do CA para o Sistema de Gestão Integrado (SGI), pelo que assume a responsabilidade e dispõe da autoridade necessária para:

- Demonstrar a liderança e compromisso em relação ao SGI, incluindo o foco no cliente;
- Estabelecer, implementar, manter, disponibilizar e comunicar a política da empresa;
- Assegurar que são atribuídas, comunicadas e compreendidas as responsabilidades e autoridades para funções que são relevantes dentro da AdG.

O reporte do desempenho do sistema e as melhorias necessárias são implementadas ou proposta ao CA pelo DG nos casos em que ultrapasse as suas competências.

CONCEÇÃO DO SERVIÇO

PLANEAMENTO, CONCEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS

No âmbito do desenvolvimento das atividades de planeamento, definição e otimização dos sistemas, mantém-se como objetivo a permanente adaptação das áreas de abastecimento, gestão de pressões e setorização das redes.

De forma análoga, a análise das bacias de drenagem, definição de sistemas e zonas de medição e controlo, com o objetivo de melhorar o controlo de afluências à rede de águas residuais e reduzir as indevidas com origem na rede predial dos clientes e pública, encontra-se em curso.

A inspeção vídeo dos emissários e redes de drenagem, com vista à identificação de anomalias relevantes para as quais a DEXP promoverá a sua correção através de reparações pontuais, poderão exigir a realização de estudos para suprir as anomalias estruturais detetadas.

Os estudos elaborados, mais relevantes, tiveram como objetivo responder a necessidades identificadas pela operação, as quais visavam melhorar a operacionalidade da rede de água e águas residuais, otimizar a pesquisa ativa de fugas através da setorização e, consequentemente, melhorar os resultados globais dos sistemas.

A elaboração de estudos suscitada por pedidos de clientes ou identificação de oportunidades de expansão e/ou melhoria dos sistemas, incluem avaliação económica para apoio à decisão, tendo sido realizados 9 estudos para uma extensão global de 50 m da rede de abastecimento de água, 1.552 m de ampliação da rede de águas residuais e 60 m para remodelação da rede de águas residuais.

Rua	Tipo	Localidade	Extensão (m)	Ramais (un)	Investimento	VAL	TIR	Payback	Risco	Coordenação com Entidade Externa	Data da Avaliação
Rua de Esteves	Ampliação da Rede	Rio Tinto	50	2	8.730,00 €	-2.341	1%			Não	04/12/2024

Rua	Tipo	Localidade	Extensão (m)	Ramais (un)	Investimento	VAL	TIR	Payback	Risco	Coordenação com Entidade Externa	Data da Avaliação
Rua da Cai (ligação Travessa da Cai)	Ampliação da Rede	S. Cosme (Gondomar)	55	1	11.124,00 €	-7.231	-10%		1	Não	27/02/2024
Rua Campo da Roda	Ampliação da Rede	Fânzeres	450	21	102.262,50 €	-57.560	-10%		1	Não	29/02/2024
Travessa da Cai	Ampliação da Rede	S. Cosme (Gondomar)	245	3	46.131,00 €	-33.731	-13%		1	Não	05/04/2024
Travessa da Capela	Ampliação da Rede	Covelo	77	2	17.059,00 €	-9.567	-8%		1	Não	08/05/2024
Rua dos Afonsos	Ampliação da Rede	Baguim do Monte	75	1	17.850,00 €	-16.840			1	Não	14/05/2024
Rua dos Afonsos, 42 ao 108	Remodelação da Rede	Baguim do Monte	60	1	33.850,00 €	-31.934			1	Não	19/06/2024
Rua do Caniço (parte)	Ampliação da Rede	Jovim	220	9	129.495,00 €	-97.193	-15%		1	Não	02/09/2024
Rua e Tv Ponte de Atões e Rua Salgado Zenha	Ampliação da Rede	S. Cosme (Gondomar)	430	6	115.965,00 €	-89.823	-14%		1	Não	22/11/2024

Destaca-se também a análise realizada a todas as infraestruturas existentes, em arruamentos a interencionar pela Concedente e outras entidades, a qual contempla a verificação das condições físicas atuais e necessidades futuras, antecipando a construção de novas ligações sempre que possível.

GESTÃO OPERACIONAL

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Sistema de Distribuição

O sistema de distribuição de água é constituído por 883,35 km de rede de distribuição, 31 reservatórios com uma capacidade total de 61.665 m³ e 7 estações elevatórias. Este sistema encontra-se integralmente cadastrado e georreferenciado numa aplicação SIG.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
51	Água não faturada (AA) - Acum. Ano	%	11,74	12,55	13,82	12,89	- 0,94	-6,78%
251	Nível de Actividade (AA) - Acum. Ano	m3	7 116 881	7 232 681	7 326 169	7 598 621	272 452	3,72%
252	Água Comprada - Acum. Ano	m3	8 063 449	8 270 721	8 501 389	8 722 708	221 319	2,60%

Verifica-se que o volume de água comprada em 2025 foi de 8.722.708 m3, 2,60% acima do valor registado no mesmo período do ano transato.

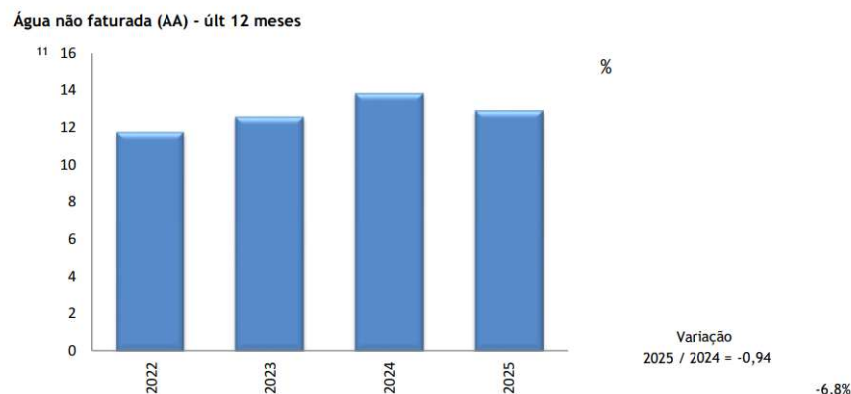
Em termos de faturação registou-se um ligeiro aumento, o que contribuiu para o acréscimo da água comprada. Ao nível da água não faturada, apesar de se registar um aumento de 1,27pp, ou seja 10,14%, foi possível manter o bom desempenho ao nível de perdas.

Fornecimento

A redução de perdas de água continua a ser uma prioridade estratégica da AdG.

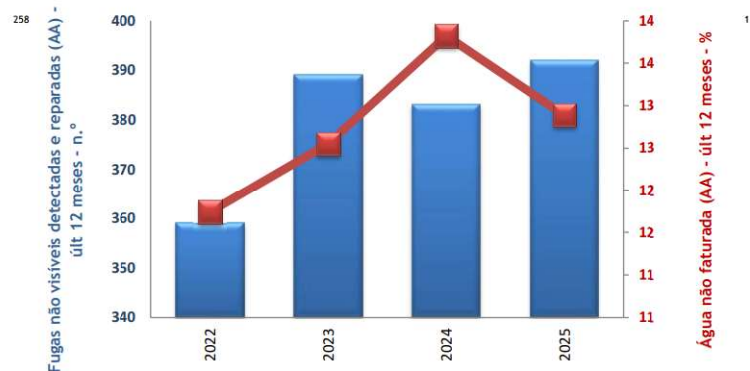
Em 2025 assistiu-se a um aumento da água entrada no sistema, comparativamente ao período homólogo de 2023, mas também a um ligeiro aumento de faturação, resultando assim num valor de Água Não Faturada (ANF) abaixo do ano anterior.

O indicador relativo a ANF, para os últimos 12 meses, cifrou-se em 12,89%. Estes resultados mantêm-nos no patamar das melhores empresas do Setor em Portugal.



Para este bom desempenho contribuiu a estratégia que vem sendo seguida de redução sustentada de pressões de serviço na rede, suportada em modelos de simulação hidráulica. Com esse objetivo, em 2025 foram substituídas 3 VRP, substituídos e redimensionados 5 medidores de caudal, para além da instalação de 1 VRP e 2 novos medidores e redefinidas áreas de influência de válvulas e de reservatórios existentes.

Neste período foi igualmente mantido o esquema de pesquisa ativa de fugas, em curso desde 2009, que se baseia na combinação de uma prestação de serviços externos, em regime de ganhos partilhados, com a utilização de recursos internos da empresa.



Para o sucesso do esquema utilizado - que em 2025 resultou na deteção de um total de 392 fugas não visíveis - foi fundamental o trabalho de setorização da rede de água, iniciado ao nível dos pontos de entrega e reservatórios e desdobrado em áreas sucessivamente menores, bem como a sistematização da análise dos consumos, recolhidos a partir de *loggers* instalados nos caudalímetros e contadores desses pontos.

Na tabela seguinte sintetiza-se a evolução de indicadores relativos a avarias, sendo de destacar a redução verificada

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
122	Roturas na Rede (AA) - últ 12 meses	n.º/100 km/ano	26,72	23,25	24,23	26,15	1,93	7,95%
123	Roturas em Ramais (AA) - últ 12 meses	n.º/1.000 ramais/ano	18,61	17,14	15,61	14,59	- 1,03	-6,58%

Este indicador, a par do referente à ANF, sendo um dos mais utilizados no benchmarking para aferição da eficiência dos sistemas públicos de abastecimento de água, é ilustrativo do foco da AdG na concretização dos seus objetivos estratégicos, colocando-a no conjunto restrito de empresas do Setor com melhor desempenho a nível nacional.

Para a prossecução do objetivo de redução da ANF foi reforçada a preocupação com a monitorização dos indicadores que medem a velocidade de resposta das equipas de emergência.

Assim, para além do indicador que mede o 'tempo médio de resposta desde a comunicação de avaria na conduta até à suspensão', foi criado em 2020 um novo indicador destinado a medir o mesmo tempo de reação, mas para avarias em ramais.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
88	Utilização dos recursos energéticos (AA) - últ 12 meses	kWh/m3	0,03	0,03	0,03	0,03	0,00	2,12%
380	Tempo médio desde a comunicação da avaria na conduta até à suspensão - Acum. Ano	Horas	2,60	2,75	2,73	2,21	- 0,52	-18,97%
407	Tempo médio desde a comunicação da avaria no ramal até à suspensão - Acum. Ano	Horas	5,30	5,31	4,75	6,25	1,50	31,46%
800007	Água não faturada (AA)	%	11,74	12,55	13,82	12,89	- 0,94	-6,78%

O quadro acima sinaliza uma redução do 'tempo médio' em condutas, o que evidencia que foi mantido um bom registo no tempo de atuação em ações de diagnóstico e de primeira intervenção, das equipas de piquete de AA, que são determinantes para a consolidação dos baixos níveis de ANF que têm sido conseguidos.

Ao nível dos recursos energéticos (kW/m3), em 2025 foi obtido um rácio de 0,03 - em linha com o previsto em orçamento.

ÁGUAS RESIDUAIS

Sistema de Drenagem e Tratamento

O sistema de drenagem e tratamento de águas residuais gerido pela AdG é constituído por 584,75 km de coletores, intercoletores, emissários e condutas elevatórias, 6 estações de tratamento, 29 estações elevatórias e 2 fossas sépticas coletivas, sendo o tratamento de efluentes efetuado com recurso a prestadores de serviços, seja nas 5 ETAR de Gondomar, sob exploração da AGS, seja na ETAR do Freixo, propriedade da Águas e Energia do Porto.

O volume total de efluentes encaminhados para tratamento, nos últimos 12 meses, foi de 10.677.231m³, o que correspondeu a um aumento de 2.80% relativamente ao valor registado no período homólogo de 2024.

O aumento verificado está associado à elevada precipitação ocorrida no final de 2025, pelo que as intervenções de reparação de coletores realizadas de 2018 a 2022, e a reabilitação de caixas de visita, não foram suficientes para a redução do indicador.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
34	Obstruções em coletores (AR) - últ 12 meses	n.º/100 km/ano	8,88	4,18	4,35	5,64	1,29	29,73%
95	Volume Mensal Tratado (AR) - últ 12 meses	m ³	9 380 299	10 282 094	10 386 171	10 677 231	291 060	2,80%
327	Ocorrência de Inundações (AR)	n.º/1.000 ramais/ano	0,00	0,10	0,00	0,13	0,13	12,82%
339	Cumprimento dos parâmetros de descarga - últ. 12 meses	%	100,00	99,40	99,70	99,40	- 0,30	-0,30%
356	Taxa de Afluência aos Órgãos de Tratamento - últ 12 meses	%	31,86	36,02	35,72	35,22	- 0,50	-1,40%

Em anterior revisão da estratégia, o controlo de afluências foi definido como 1.ª prioridade. Em 2024 os trabalhos de inspeção foram adjudicados no último trimestre do ano, não sendo possível a realização dos trabalhos. Em 2025 foram realizados os trabalhos pendentes de 2024 e realizado parte do previsto para 2025.

Custos Exploração ETARs (Geral) - últ 12 meses



Associado ao aumento do 'Nível de atividade AR', os custos de tratamento de águas residuais nos últimos 12 meses também sofreram um acréscimo (12.6%) em relação ao período homólogo do ano anterior. Esta subida está relacionada, essencialmente, com o aumento do nível de atividade, com a necessidade de intervenções de manutenção (de substituição de alguns equipamentos que se encontravam obsoletos e que colocavam em risco a continuidade do serviço) e o aumento do custo da prestação de serviço (incluindo a variação dos indices de revisão de preços).

O tratamento de águas residuais em fossas sépticas é cada vez menos significativo, sendo asseguradas no âmbito deste processo as condições de funcionamento das 2 fossas, licenciadas e ainda em exploração.

Recolha e Drenagem

O volume de aflúências aos órgãos de tratamento aumentou comparativamente ao período homólogo do ano anterior, estando tal associado à elevada precipitação registada no último trimestre de 2025, e ao nível de atividade de AR, que registou um aumento de 1,48%.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
95	Volume Mensal Tratado (AR) - últ 12 meses	m3	9 380 299	10 282 094	10 386 171	10 677 231	291 060	2,80%
800130	Volume de atividade (AR)	m3/ano	6 391 531	6 578 810	6 676 011	6 916 610	240 600	3,60%
800184	Consumo de energia no tratamento (AR)	kWh/m3	0,38	0,33	0,34	0,34	0,01	2,72%

O controlo de aflúências indevidas constitui, portanto, uma área a melhorar significativamente, conforme estratégia de médio prazo, assente no Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (PGPI), com vista a alcançar os níveis recomendados.

Estes fatores adquirem ainda maior importância atendendo a que, com a conclusão das obras de reabilitação das ETAR de Rio Tinto e de Gramido, as exigências a nível de tratamento de águas residuais, bem como os inerentes custos de processo, são mais elevados.

Pelo contrário, o desempenho da empresa, avaliado pelo indicador de número de obstruções, encontra-se agora ao nível de bom, alinhado com os valores de referência definidos pela ERSAR para o Setor.

Relativamente ao consumo de energia, verifica-se que os maiores consumidores são às ETAR, com 78% do consumo total. Com a instalação de painéis para autoconsumo nestas instalações, foi possível produzir 26% da energia total comprada à rede (628.548 kWh/ano). Ao nível de kW/m3, em 2025 foi obtido um rácio de 0,34, estando em linha com os anos anteriores.

MANUTENÇÃO

Infraestrutura

Ao longo de 2025 manteve-se o esforço de sistematização de procedimentos de inspeção e manutenção preventiva que, suportada pelo sistema de gestão da manutenção (SGM), permitiu a automatização da emissão de ordens de trabalho para as equipas de manutenção da AdG.

O trabalho realizado ao nível da manutenção tem proporcionado um bom desempenho dos equipamentos, permitindo a sua utilização em bom estado de conservação, operação e segurança.

No que concerne às redes de abastecimento de água e recolha de águas residuais, tem sido bem-sucedido o esforço na redução de avarias em condutas, e do n.º de obstruções em coletores.

No entanto, e tal como referido no âmbito de outros processos, não foram realizados alguns investimentos previstos para reabilitação e inspeção CCTV. Foi dada prioridade à inspeção e manutenção dos equipamentos considerados ‘críticos’, consequentemente com alguns pequenos atrasos nos restantes, mas ainda assim foi possível atingir os valores previsto no plano.

A par do trabalho de redução de perdas foi realizado um esforço significativo na redução de roturas em condutas de abastecimento de água.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
124	Avárias em Conduatas (AA) - últ 12 meses	n.º	144	139	134	148	14	10,45%
256	Avárias em Ramais (AA) - últ 12 meses	n.º	664	581	528	474	- 54	-10,23%
257	Avárias em Conduatas e Ramais (AA) - últ 12 meses	n.º	808	720	662	622	- 40	-6,04%
800156	Ocorrência de falhas no abastecimento (AA)	n.º	134,59	1,75	0,96	1,02	0,07	7,05%

Ao longo dos últimos 12 meses foram registadas menos 40 roturas que no período homólogo anterior. Segmentando esse indicador, verifica-se um aumento das roturas em conduatas de 14, o que representa uma variação relativa de 10.45%. Nas roturas em ramais registou-se uma diminuição de 54, ou seja, -10.23%. Assim, no cômputo global destes indicadores regista-se uma melhoria generalizada relativamente ao valor do período homólogo, mantendo-se o bom desempenho.

No que respeita à manutenção do sistema de drenagem de águas residuais, o objetivo definido é monitorizado através de 'Ocorrência de Inundações'. Sendo este indicador relativo aos últimos 12 meses, em 2025 verificou-se uma evolução negativa, tendo ocorrido 4 inundações ao longo do ano. Ainda assim, podemos classificar como bom o desempenho deste indicador.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
327	Ocorrência de Inundações (AR)	n.º/1.000 ramais/ano	0,00	0,10	0,00	0,13	0,13	12,82%

O 'Nº de Obstruções em Coletores' é também um dos indicadores monitorizados, e que evidencia um desempenho que justifica a manutenção dos planos de manutenção preventiva anuais para que o desempenho continue alinhado com os valores de referência do Regulador.

Face aos bons resultados a que aquela ação tem conduzido desde 2021, estava prevista para 2025 a limpeza preventiva de coletores da bacia da ETAR de Rio Ferreira, mas com a dificuldade de disponibilização dos prestadores de serviço, não foi realizado a totalidade do plano, sendo transferido para 2026.

Como o atraso na realização das manutenções preventivas e inspeção CCTV, não foram identificadas as habituais necessidades de reparação de coletores sem abertura de vala consideradas prioritárias. Em 2026 serão retomados os trabalhos após a realização das inspeções vídeo.

Foram também reparadas apenas 20 caixas de visita.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
34	Obstruções em coletores (AR) - últ 12 meses	n.º/100 km/ano	8,88	4,18	4,35	5,64	1,29	29,73%
117	Custos conservação e reparação (Geral) - Acum. Ano	€	275 094,74	153 917,65	256 810,35	425 851,12	169 040,77	65,82%
311	Ocorrências de avarias em conduatas - últ 12 meses	n.º/100 km/ano	16,37	15,76	15,17	16,76	1,59	10,46%
383	Limpeza coletores - Acum. Ano	km	34,65	44,76	22,91	36,16	13,26	57,87%
386	Reabilitação caixas visita (AR) - Acum. Ano	n.º	82	52	163	20	- 143	-87,73%

A monitorização de caudais indevidos tem servido de suporte ao planeamento dos trabalhos de inspeção vídeo a coletores e à reparação/substituição de caixas de visita identificadas como prioritárias.

Frota

Em 2025, os ‘Custos com a Frota’ (que incluem combustível, conservação de equipamento de transporte, aluguer e seguro de viaturas e imposto de circulação) sofreram uma redução de 2,33%, relativamente ao ano anterior, atingindo um valor de cerca de 408.861,14€, conforme ilustrado no Quadro e Gráfico abaixo.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
137	Custos da Frota - Acum. Ano	€	281 173,41	312 149,88	418 620,28	408 861,14	- 9 759,14	-2,33%

Custos da Frota - Acum. Ano



Esta redução de custos ficou a dever-se, essencialmente, à diminuição dos gastos com alugueres (*renting*), e com o acondicionamento de viaturas em fim de contrato.

Relativamente ao consumo de combustíveis, em 2025 verificou-se uma redução de 3.927 litros de gasóleo, face a 2024. Esta redução deve-se, essencialmente, à utilização de viaturas a GPL, que fazem parte da frota AdG desde maio/2024, assim como à redução do número de horas de utilização da giratória e retroescavadoras. Todos estes fatores, acrescido da variação do preço dos combustíveis, levou a uma redução na ordem dos 13.759,28€, com o custo nesta rubrica.

SERVIÇO AO CLIENTE

Nível de Serviço e Contratação

Ao nível da contratação, a evolução do número de clientes de água com contrato ativo foi positiva, em 476. Estes resultados devem-se à melhoria da conjuntura económica, na medida em que se verifica alguma retoma na compra de habitações remodeladas ou com novas construções, e ao envio de cartas com a obrigatoriedade de ligação de água a clientes com rede pública disponível.

Quanto ao serviço de saneamento, registou-se um aumento de 709 clientes. Para além do aumento do n.º de contratos de água, houve também adesão às notificações de obrigatoriedade de ligação enviadas durante os últimos 12 meses, ou decorrentes da ação da fiscalização orientada para locais de consumo já servidos por esta infraestrutura.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
70	Número de Clientes de (AA)	n.º	78 569	79 010	79 498	79 974	476	0,60%
71	Número de Clientes de (AR)	n.º	69 683	70 118	70 524	71 233	709	1,01%

Foi definido para o Call Center o compromisso de atendimento de, pelo menos, 95% das chamadas recebidas. Em 2025, verificou-se uma ligeira deterioração do desempenho, com o grau de atendimento a

situar-se em 93,75%, face aos 94,53% registados em 2024, o que representa uma variação negativa de 0,78%.

Esta evolução desfavorável resulta, essencialmente, do aumento do volume global de chamadas telefónicas, associado à ocorrência de picos de chamadas concentrados em determinados períodos, o que contribuiu para o acréscimo do número de chamadas não atendidas. Mantém-se, assim, a tendência de forte recurso ao atendimento telefónico por parte dos clientes, consolidada desde o período pandémico, durante o qual o agendamento obrigatório para atendimento presencial levou à adoção de novos hábitos de contacto com a empresa.

Face a este contexto, encontram-se em curso medidas de reorganização dos recursos humanos afetos ao atendimento telefónico, nomeadamente através do ajustamento das escalas e da redistribuição dos colaboradores, com o objetivo de reforçar a capacidade de resposta nos períodos de maior afluência. Estas medidas visam garantir que, em 2026, seja possível atingir o nível mínimo de atendimento de 95% estabelecido como compromisso do serviço.

Mantém-se igualmente em funcionamento o serviço de *Call Center* externo, operacionalizado na Águas de Gondomar desde abril de 2023, o qual assegura o atendimento da totalidade das chamadas relativas a avarias, independentemente do horário de contacto. Esta solução tem permitido libertar capacidade do atendimento interno para outras tipologias de contacto e mitigar o impacto dos picos de chamadas, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos e para a melhoria global do nível de serviço prestado aos clientes.

No que respeita ao atendimento presencial associado à celebração de contratos, foi igualmente definido o compromisso de instalação do contador de abastecimento no local de consumo no prazo máximo de 24 horas após a celebração do contrato, objetivo que se mantém integralmente cumprido (100%), em resultado da utilização eficiente da mobilidade dos serviços e do sistema de agendamento online, que permite uma gestão mais eficaz das intervenções.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	$\Delta\%$ 2025-2024
360	Grau de atendimento do Call Center - Acum. Ano	%	89,56	92,81	94,53	93,75	- 0,78	-0,82%
361	Taxa de contratação e colocação de contadores = 24 horas - Acum. Ano	%	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00%

Faturação

Em 2025, registou-se um aumento no volume de água faturada em cerca de 3,72%, acompanhado por um aumento das capitações em cerca de 5 litros/dia este aumento.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	$\Delta\%$ 2025-2024
99	Prazo Médio de Recebimentos	Dias	121,01	146,81	146,14	121,92	- 24,23	-16,58%
108	Água faturada - Acum. Ano	m ³	7 116 881	7 232 681	7 326 169	7 598 621	272 452	3,72%
236	Capitações - Consumos per capita - últ 12 meses	l/hab/dia	119	121	122	127	5	4,00%
280	Cientes faturados Água - Total	n.º	75 681	76 454	76 881	77 645	764	0,99%

Continua a verificar-se uma diferença significativa entre a tarifa média do serviço de saneamento de águas residuais, que se situa em cerca de 0,92 €/m³, e a tarifa média do serviço de abastecimento de água para consumo humano, que em 2025 ascendeu a cerca de 1,34 €/m³.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
111	Tarifa Média de Consumo de (AA) - últ 12 meses	€/m3	1,37	1,24	1,24	1,34	0,10	8,34%
112	Tarifa Média de Consumo de (AR) - últ 12 meses	€/m3	0,81	0,81	0,82	0,92	0,10	12,56%

Os preços praticados pela AdG representam uma performance mediana, em termos de acessibilidade económica ao serviço de AA, e boa relativamente ao serviço de AR. A ERSAR preconiza um limite de 0,5% do rendimento familiar, quer na faturação dos serviços relacionados com água, quer com o saneamento, sendo que os valores verificados em Gondomar são de 0,78% e 0,31%, respetivamente.

No ano de 2025, registou-se uma redução significativa nos custos de comunicação, que totalizaram 244.103,48 €, representando uma diminuição de 6,79% face a 2024. Esta evolução positiva resulta, essencialmente, da transição progressiva para meios digitais de comunicação, nomeadamente através do aumento da adesão à fatura eletrónica e da utilização da fatura em formato EDI no relacionamento com empresas e instituições, permitindo reduzir de forma consistente os encargos associados a expedição postal e outros meios tradicionais.

Verificou-se igualmente uma redução nos custos de faturação e *finishing*, que em 2025 ascenderam a 125.108,79 €, correspondendo a uma diminuição de 5,63% relativamente ao ano anterior. Esta variação favorável decorre, sobretudo, da mudança de fornecedor, que possibilitou uma redução dos preços unitários dos serviços contratados, sem prejuízo da qualidade e dos níveis de serviço assegurados.

Cobranças e Suspensões

Verificou-se, no período mais recente, um aumento do recurso aos balcões de atendimento da empresa, com um acréscimo médio de cerca de 50 clientes por dia. Esta evolução está associada, sobretudo, à opção dos clientes por efetuar o pagamento presencial de valores mais elevados, privilegiando o contacto direto com a empresa para a regularização dessas situações.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
108	Água faturada - Acum. Ano	m3	7 116 881	7 232 681	7 326 169	7 598 621	272 452	3,72%
110	Cobranças - Balcões AdG - Média - últ 2 meses	n.º	209	202	155	205	50	32,18%
113	Montante Cobrado - Média - últ 2 meses	€/dia útil	152 603,61	164 529,13	150 872,96	236 550,81	85 677,85	56,79%
114	Montante Cobrado - Balcões AdG - últ 2 meses	€/dia útil	21 331,36	34 241,75	19 444,27	84 143,67	64 699,41	332,74%

No âmbito da Gestão de Dívidas já foram intentadas 25.645 injunções, o que representou, nos últimos 12 meses, um acréscimo de 1.191 (4,87%) novos processos.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
227	Injunções Intentadas	n.º	21 977	23 259	24 454	25 645	1 191	4,87%
228	Injunções com Força Executiva	%	243,27	257,40	270,63	283,81	13,18	4,87%
229	Percentagem de Injunções Cobradas	%	43,87	42,12	40,54	39,23	- 1,31	-3,23%

Apesar deste incremento no número de processos, houve uma ligeira diminuição na percentagem de injunções cobradas, a pronto ou prestações, mas mesmo assim com uma elevada taxa de sucesso, de cerca de 40%. Note-se que para o cálculo da percentagem de injunções com força executiva, apresentada na tabela anterior, não se contabilizam os processos em que houve sucesso na cobrança, mas apenas as injunções para as quais se obteve a referida força executiva sem se conseguir cobrar; ou seja, são processos

em que existem condições para avançar com ações executivas. Por serem indicadores referenciados à data em que são intentadas as ações, e não à data em que são cobradas ou têm força executiva, os valores têm um comportamento dinâmico. O quadro acima traduz a situação à data de 31/12/2025.

Reclamações e Sugestões

Em 2025, recebemos um total de 271 reclamações, o que representa um ligeiro aumento em comparação com o ano anterior. Esse crescimento pode ser parcialmente atribuído ao processo de validação de possíveis reclamações no sistema de gestão documental, iniciado em meados de 2024. Esse “refinamento” nos critérios de validação pode ter gerado um acréscimo natural no número de registos, sem necessariamente indicar um aumento real na insatisfação dos clientes.

A maior parte das reclamações está relacionada a questões de cobrança, especialmente no que se refere a contadores totalizadores.

De referir que em 2025, todas as reclamações tiveram a devida resposta dentro do prazo estabelecido para o efeito pela ERSAR.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	$\Delta\%$ 2025-2024
7	Resposta a reclamações escritas (AA)	%	100,00	100,00	99,49	100,00	0,51	0,51%
25	Resposta a reclamações escritas (AR)	%	100,00	100,00	99,38	100,00	0,62	0,62%
214	Resposta a reclamações escritas (Geral) - Acum. Ano	%	100,00	100,00	99,44	100,00	0,56	0,56%

Assegurada, de forma consistente, a capacidade de resposta às reclamações no prazo definido pelo regulador, é mensalmente monitorizado o indicador “Reclamações Procedentes”, efetuando a respetiva análise de causas para cada uma.

Comparando 2025 com 2024, verifica-se um aumento do número total de reclamações, passando de 211 para 271. As reclamações procedentes também registaram um acréscimo, de 43 em 2024 para 46 em 2025. No entanto, apesar do aumento absoluto, a taxa de procedência diminuiu de 20% para 17%, o que indica que, proporcionalmente, uma menor percentagem das reclamações apresentadas em 2025 foi considerada procedente face ao ano anterior.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	$\Delta\%$ 2025-2024
349	Reclamações Procedentes TOTAL - Acum. Ano	%	8,40	9,73	20,38	16,97	- 3,40	-16,71%

Satisfação do Cliente

Durante o ano 2025, continuou em funcionamento o inquérito telefónico com o objetivo de medir a Satisfação do Cliente. Este questionário foca-se na qualidade do atendimento telefónico, considerando aspetos como a rapidez no atendimento, a cordialidade e a eficácia na resolução de problemas.

Esta avaliação permite aferir o nível de contentamento dos clientes com o atendimento prestado. O inquérito é composto por uma única pergunta, na qual o cliente indica o seu grau de satisfação relativamente ao serviço telefónico recebido.

Em 2025, participaram no inquérito 21.153 clientes. De forma geral, o feedback tem sido muito positivo. Numa escala de 1 a 5, a média atribuída ao atendimento telefónico da AdG foi de 4,7.

Ainda no que refere à satisfação ao cliente, em março atingimos níveis históricos de satisfação dos clientes, de acordo com os resultados do mais recente estudo conduzido pela NielsenIQ. O inquérito, realizado junto de 300 residentes do concelho, revelou que 70% dos clientes estão satisfeitos com os serviços da empresa, o dobro do valor registado em 2022.

O desempenho positivo é atribuído ao esforço conjunto das equipas da Águas de Gondomar, cujo profissionalismo e dedicação têm vindo a reforçar a confiança dos clientes. Um dos indicadores mais valorizados foi a regularidade do abastecimento de água, com 72% de satisfação, e 54% dos clientes afetados por interrupções destacam a rapidez da resolução.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
387	Respostas a Inqueritos realizados a clientes - Acum. Ano	n.º	1 885	7 571	25 995	35 420	9 425	36,26%

PLANO DE INVESTIMENTO

Tal como referido no RGC anterior, até ao final de 2022 a Concessionária realizou integralmente o Plano de Investimentos (PI) previsto no 2.º aditamento ao Contrato de Concessão, num montante global de 7.040.377€, a preços de 2001, conforme se ilustra no quadro abaixo.

Valor €											
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2021	2022		
DESIGNAÇÃO	EXECUTAD	EXECUTADO	EXECUTADO	EXECUTADO	EXECUTADO	EXECUTADO	EXECUTADO	EXECUTADO	EXECUTADO	PI_2013"*****	EXECUTADO
3. SISTEMAS DE ÁGUAS RESIDUAIS	994 956	155 747		0						1 150 703	1 150 703
4. BENFEITORIAS NAS ETAR	1 183 518	416 176	119 655		0					1 719 349	1 719 349
7. PAVIMENTAÇÕES	115 200	114 040		436 112	237 893	0				903 245	903 245
8. DESACTIVAÇÃO DAS FOSSAS			84 630	25 868	166 435	0				276 933	276 933
9. INVESTIMENTOS DE SEGURANÇA		115 772	188 390	211 071	174 914					690 147	690 147
10.ETAR'S ALTO CONCELHO (POMBAL, SANTIAGO E LOMBA)			28 505	211 582	1 412 610	250 053	147 250	225 849	24 151	2 300 000	2 300 000
Total Geral	2 293 674	801 735	421 180	884 633	1 991 852	250 053	147 250	225 849	24 151	7 040 377	7 040 377

Ampliação e Remodelação de Redes

Em 2025 o investimento com a realização de outras obras atingiu o montante de 512.208€, dos quais 288.652€ associados a infraestruturas de abastecimento de água (56%) e 223.556€ associado à rede de drenagem de águas residuais (44%).

No ano de 2025 foram reabilitados 2.735 m e ampliados 438 m de condutas de água. Quanto a coletores de águas residuais, foram reabilitados cerca de 126 m e ampliados 861 m. No mesmo período foram também instalados 146 ramais de AR e 168 de AA, por pedido de ligação de clientes ou em locais previamente dotados de infraestrutura, bem como remodelados 18 ramais de AR e 408 ramais de AA.

RECURSOS HUMANOS

Gerir a Estrutura Organizacional

No final de 2025, a empresa contava com um total de 145 colaboradores, sendo 69 em regime de cedência de interesse público e 76 privados.

Ao longo do ano, registaram-se 6 saídas de colaboradores em regime de cedência de interesse público, todas por aposentação, e 5 saídas de colaboradores privados, das quais 4 por denúncia de contrato e 1 por falecimento. Para compensar estas saídas, reforçar as equipas e substituir colaboradores ausentes, foram contratados 12 novos colaboradores.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
160	Número de Trabalhadores da AdG (exclui licenças s/vencimento)	n.º	149	143	144	145	1	0,69%

Nos últimos quatro anos, não se registaram variações significativas no número de colaboradores.

A idade média dos nossos colaboradores no final do ano de 2025 foi de 49 anos, sendo a sua estrutura em sexo de 71% masculinos e 29% femininos.

Motivar e Manter os Colaboradores

A organização manteve, ao longo de 2025, uma cultura empresarial empática e comprometida, valorizando o trabalho dos colaboradores e promovendo a saúde, segurança e a qualidade de vida, assegurando a compatibilização entre trabalho e vida familiar.

Os colaboradores tiveram oportunidades para desenvolver o seu potencial pessoal e profissional, sentindo-se valorizados e integrados, o que contribuiu para o fortalecimento do espírito de equipa e para a manutenção de um bom ambiente organizacional. Esta abordagem tem favorecido relações duradouras, consolidando a organização como um excelente lugar para trabalhar, onde o talento e a dedicação são reconhecidos, reforçando uma imagem positiva da empresa.

As ações mais relevantes desenvolvidas ao longo do ano 2025 foram as seguintes:

- Aniversário Colaboradores - *day off*;
- Aniversário Empresa;
- Celebração do Dia da Mulher;
- Celebração do Dia Mundial da Criança;
- Dia Aventura;
- S. Martinho - Magusto AdG;
- Celebração do Dia do Homem;
- Natal.

Desenvolver e Formar os Colaboradores

No âmbito da gestão da formação, promovemos ações formativas com base no diagnóstico das necessidades de melhoria e de desenvolvimento de competências dos colaboradores. Esta política é desenvolvida em articulação com o processo de avaliação de desempenho e com a definição do respetivo plano de desenvolvimento individual, integrado no processo anual de avaliação de desempenho.

Em 2025, foi possível concretizar 65% do Plano de Formação previsto. A não concretização da totalidade do plano deveu-se ao elevado custo associado a algumas ações formativas, tendo sido decidido o seu adiamento para 2026.

Verifica-se que as ‘Horas de Formação por Colaborador’, nos últimos 12 meses, tiveram um aumento de 17,66%, comparativamente ao verificado em 2024, em resultado do maior número de ações de formação realizadas e da adesão dos colaboradores às mesmas.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	$\Delta\%$ 2025-2024
157	Horas de Formação por Colaborador - últ 12 meses	Horas	66,63	44,60	47,80	56,24	8,44	17,66%

Os “Custos de Formação por Hora de Formação” registaram, em 2025, um acréscimo de 49,01% face a 2024, conforme evidenciado no quadro infra, decorrente sobretudo da contratação de ações de formação especializada, cujos custos unitários são significativamente mais elevados.

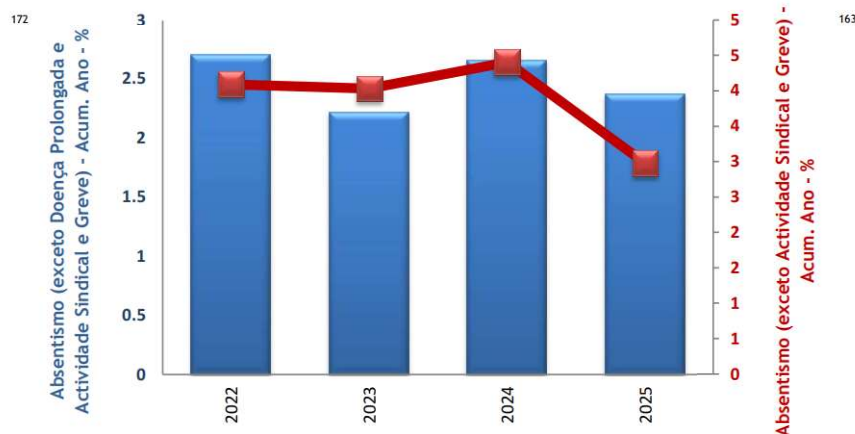
Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	$\Delta\%$ 2025-2024
155	Custos de Formação por Hora de Formação - últ 12 meses	€/hora	3,57	5,77	3,27	4,87	1,60	49,01%

Absentismo

A análise do absentismo nos últimos quatro anos evidencia uma redução significativa em 2025. Tanto o absentismo global (exceto atividade sindical e greve) como o absentismo excluindo ausências por doença prolongada registaram uma tendência de diminuição face ao ano anterior, refletindo uma melhoria no acompanhamento e gestão das ausências dos colaboradores, bem como a flexibilização da modalidade de trabalho.

Estes dados indicam que, embora o absentismo ainda seja um indicador relevante, registou-se uma melhoria significativa em 2025, refletindo o efeito das ações de gestão da saúde, bem-estar e acompanhamento dos colaboradores implementadas nos últimos anos. O acompanhamento contínuo destas métricas permitirá reforçar estratégias direcionadas à redução do absentismo e à promoção de um ambiente de trabalho mais saudável, motivador e conciliatório do trabalho com a vida familiar.

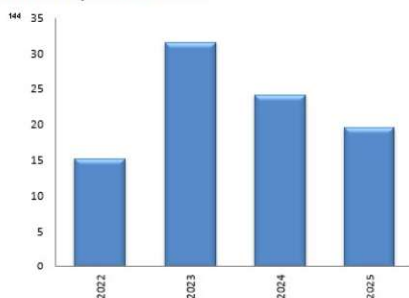
Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
163	Absentismo (exceto Actividade Sindical e Greve) - Acum. Ano	%	4,08	4,03	4,40	2,98	- 1,42	-32,30%
170	Absentismo (Actividade Sindical e Greve) - Acum. Ano	%	0,18	0,06	0,08	0,10	0,03	34,83%
172	Absentismo (exceto Doença Prolongada e Actividade Sindical e Greve) - Acum. Ano	%	2,70	2,21	2,65	2,37	- 0,29	-10,77%



No que respeita aos acidentes de trabalho que têm como consequência dias de trabalho perdidos com baixa, foram registados 5 e 18 acidentes sem baixa e quase-acidentes.

Constata-se uma redução dos Índices de severidade, avaliação da gravidade dos acidentes ou de duração, ou seja, os acidentes registados são, na globalidade, de menor gravidade que os verificados no mesmo período, tendo sido registados 3 acidentes *in-itinere*. Todas as ocorrências são investigadas com vista à identificação das causas e implementação de ações corretivas ou de melhoria.

Índice de Frequência - últ 12 meses

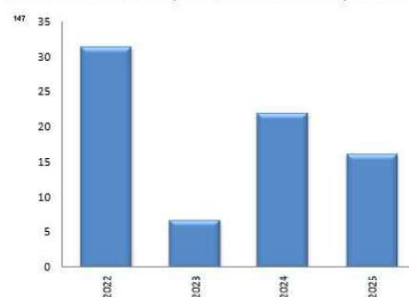


Nº Acidentes com baixa por milhão de Homens Hora

Variação
2025 / 2024 = -5

-18,7%

Índice de Severidade, Avaliação de gravidade ou de Duração - últ 12 meses

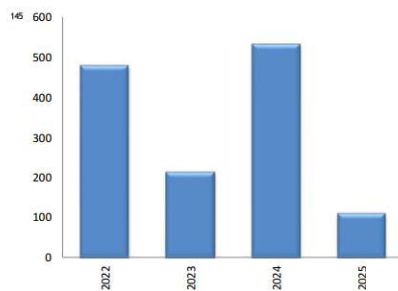


Nº Dias úteis perdidos por acidente com baixa

Variação
2025 / 2024 = -5,80

-26,4%

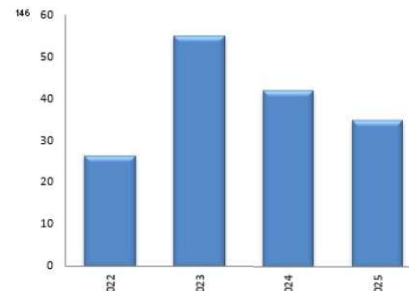
Índice de Gravidade - últ 12 meses



Nº Dias úteis perdidos por milhão de Homens Hora

Variação
 2025 / 2024 = -421,6
 -79,3%

Índice de Incidência - últ 12 meses



Nº Acidentes com baixa por 1000 trabalhadores

Variação
 2025 / 2024 = -6,79
 -16,3%

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
144	Índice de Frequência - últ 12 meses	Nº Acidentes com baixa por milhão de Homens Hora	15,22	31,53	24,17	19,65	- 4,51	-18,68%
145	Índice de Gravidade - últ 12 meses	Nº Dias úteis perdidos por milhão de Homens Hora	479,38	212,83	531,71	110,06	- 421,65	-79,30%
146	Índice de Incidência - últ 12 meses	Nº Acidentes com baixa por 1000 trabalhadores	26,42	54,67	41,69	34,88	- 6,81	-16,33%
147	Índice de Severidade, Avaliação de gravidade ou de Duração - últ 12 meses	Nº Dias úteis perdidos por acidente com baixa	31,50	6,75	22,00	16,20	- 5,80	-26,36%

No que respeita ao número de acidentes, observa-se um ligeiro aumento face ao período homólogo anterior de 22 para 27, cujas principais tipologias de causas raiz, após investigação dos mesmos, se verifica que estão relacionadas com “falhas por excesso confiança”. As ações a desenvolver para atuar sobre esta causa são a manutenção da reunião semestral com todos os sinistrados (‘Lições Aprendidas’) e visitas de acompanhamento das atividades realizadas em rotina (‘Visitas sem Aviso’).

Considerando as ocorrências verificadas até à data, será reforçada a sensibilização dos colaboradores para as questões da segurança no trabalho e boas práticas diárias na utilização dos equipamentos e posturas ergonómicas.

Atente-se que todos os colaboradores frequentaram ações de formação específicas como o Passaporte de Segurança, a qual deverá ser frequentada pelos novos colaboradores entretanto contratados.

Custos com Pessoal

O custo médio por colaborador aumentou, face ao período homólogo, devido a atualizações salariais e atualização das posições remuneratórias dos colaboradores em regime de cedência de interesse público, bem como pela provisão constituída para o pagamento de um prémio de desempenho.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
49	Custo Médio com pessoal - últ 12 meses	€/colaborador	23 748,89	26 178,27	27 837,50	31 078,21	3 240,71	11,64%

Custos de Pessoal (Geral) - últ 12 meses



Em 2025, a incidência acumulada de trabalho extraordinário atingiu 41,47 horas, registando um aumento face a 2024, principalmente devido ao acréscimo excecional para reparação de avarias.

A análise da evolução em 2025 indica que o crescimento do trabalho suplementar tende a ser moderado, sinalizando uma possível estabilização da carga adicional face às medidas de planeamento e gestão implementadas, bem como novas contratações.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ%
158	Incidência de Trabalho Extraordinário - Acum. Ano	Horas	33,43	34,98	40,70	41,44	0,74	1,83%



MELHORIA E INOVAÇÃO

Sugestões

A deteção de oportunidades de melhoria é um processo que se realiza continuamente e pode ser incrementada por qualquer colaborador, independentemente da sua atividade ou função, utilizando para o efeito a Caixa de Sugestões.

Mantém-se a participação dos colaboradores com o registo de sugestões, complementada com as apresentadas através da Consulta aos Trabalhadores realizada duas vezes por ano, sendo a sua implementação e eficácia analisada mensalmente numa relação de custo/benefício, risco e oportunidade de melhoria, sendo definido pelo diretor geral um responsável e prazo para a sua implementação, quando aprovada.

O resultado do indicador “Sugestões Implementadas com Eficácia” registou uma redução relativa ao ano anterior, no entanto foi atingido o objetivo definido para 2025.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	$\Delta\%$ 2025-2024
152	Sugestões implementadas com eficácia - Acum. Ano	n.º	7	9	10	7	- 3	-30,00%

Qualidade, Ambiente e Segurança

Para a gestão da melhoria foi apresentado e aprovado o plano de trabalho e auditorias necessárias para a verificação da conformidade dos requisitos das normas aplicáveis.

O programa de auditorias estabelecido para o 2025 foi cumprido na totalidade.

Foi realizada a auditoria de acompanhamento da certificação segundo as normas ISO9001:2015, ISO14001:2015 e ISO45001:2023, tendo sido realizada a visita às ETAR de Gramido e de Melres, duas EEAR, uma EEAA, um reservatório e uma obra, para além da Sede, Parque Operacional e Balcão de Atendimento na Loja do Cidadão.

Para além desta auditoria foram realizadas, ao longo de 2025, duas auditorias internas, contemplando sempre os 3 âmbitos do SGI, bem como uma específica de verificação de obrigações de conformidade legal.

Outro aspeto tido como relevante é a prevenção de ocorrências perigosas através da identificação de perigos/aspetos, avaliação e análise dos aspetos/riscos ambientais e de segurança, e posterior definição de ações para a sua eliminação ou controlo.

No âmbito do Plano de Emergência para o ano de 2025, os exercícios realizados foram os seguintes:

- Incêndio na sede da AdG com evacuação total do edifício
- Mal súbito em espaço confinado

Foram ainda registadas situações reais para análise dos procedimentos adotados nomeadamente um derrame de óleo em obra, falha de energia elétrica geral (“apagão”), suspensão de abastecimento de água devido a rotura de conduta e alguns incumprimentos no Controlo de Qualidade de Água.

Os simulacros permitem o treino das equipas de emergência, melhorar a articulação entre os seus elementos e identificar oportunidades de melhoria no que se refere à necessidade de treino.

Após a realização dos exercícios é elaborado um relatório pelos observadores e técnico de HST, tendo sido identificados os aspetos a melhorar e divulgados junto de todos os participantes.

Da análise das ocorrências relacionadas com a emergência resultaram algumas oportunidades de melhoria, sendo tratadas como constatações, tendo-se verificado que, de uma forma geral, os procedimentos de emergência adotados são eficazes.

Inovação

A dinâmica da regulação do setor promove a implementação de programas inovadores e de gestão, permitindo a melhoria do serviço prestado. Esta oportunidade tem sido concretizada através dos vários projetos de melhoria em curso.

A AdG estabeleceu um protocolo de colaboração na tese de doutoramento de Joana Raquel Jorge Carneiro, intitulada “Melhorar a resiliência em sistemas de distribuição de água em cenários de incerteza” que conta com a orientação do Instituto Superior Técnico e LNEC. A AdG colaborou com o fornecimento de todos os dados e informação de suporte necessária à construção do estudo caso de Gondomar. A 14/02/2025, foi apresentada a tese e as principais conclusões destacando-se as relativas a Gondomar, descrito como “um sistema complexo com risco de incêndio florestal apresenta interrupções no serviço e flexibilidade de serviço reduzida. As medidas recomendadas incluem diversificação de fontes de água, melhoria do

armazenamento de emergência e aumento do diâmetro de condutas. A metodologia capacita entidades gestoras para avaliar e melhorar a resiliência dos seus sistemas”.

No âmbito do protocolo estabelecido com a Faculdade de Engenharia do Porto para realização de dissertação de Mestrado em Ambiente Empresarial, intitulada “Variabilidade de Afluências Indevidas às Redes de Drenagem de Águas Residuais. Causas e Efeitos. Estratégias de Controlo e Redução”, pela Sofia Raquel Amandi Sousa Gonçalves de Melo, a qual foi apresentada a 06/02/2025 O caso estudo “centrado numa bacia de drenagem de Gondomar, no distrito do Porto, tem como objetivo identificar afluências indevidas por meio da análise de caudais, níveis e precipitação. O trabalho envolve a modelação matemática utilizando o software SWMM, permitindo avaliar o estado e o funcionamento da rede.” Como principais conclusões, destaca-se “a relevância do SWMM como uma ferramenta na modelação de redes de drenagem, desde a fase de calibração até à análise de cenários complexos. A experiência adquirida neste estudo ressalta a importância de uma abordagem sistemática e detalhada, aliada a uma constante validação dos dados, para garantir resultados confiáveis e úteis na gestão de infraestruturas hídricas”.

A preocupação da AdG com a melhoria e inovação traduziu-se ainda no desenvolvimento e participação em vários projetos e iniciativas como sejam:

PENSA 3 - Programa para a SustENTabilidade dos Serviços de águas e gestão eficiente de Ativos;

CAAR - Redução de Afluências Indevidas;

CAOP - Controlo de Qualidade da Água de Origem Particular /Poços e Minas;

ART - Utilização de Água Residual Tratada;

SHRAR - Simulação Hidráulica de Redes de Águas Residuais;

PRR - Previsão de Risco de Roturas;

PIPPA - Plataforma Inteligente Planeamento Perdas Aparentes;

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

A análise feita de seguida procura resumir o desempenho alcançado pela Águas de Gondomar, S.A., em 2025 e deve ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras dos exercícios em causa e respetivas notas anexas.

Rentabilidade dos Capitais Próprios

Em termos da rentabilidade dos capitais próprios, assistiu-se uma valorização de 0,73 pp face ao ano anterior. A variação positiva do resultado líquido do exercício em 144m€ e a diminuição dos capitais próprios em 14m€ explicam o aumento verificado.

Designação	Un	dez22	dez23	dez24	dez25	Variação 2025 / 2024	
Rentabilidade dos Capitais Próprios - (a) : (b) x 100	%	10.97	11.17	18.67	19.40	0.73	3.90%
Resultado Líquido do Exercício - (a)	€	3 156 310	3 097 001	3 776 922	3 921 420	144 498	3.83%
Capitais Próprios - (b)	€	28 783 164	27 716 174	20 230 197	20 216 613	-13 584	-0.07%

As principais variações que justificam o aumento do resultado líquido de 2025, quando comparado com o de 2024, são:

- Variações com efeito positivo no resultado:

- ✓ Variação positiva do volume negócios em cerca de 3.495m€ em virtude de maiores volumes /quantidades faturadas e de preços mais elevados por força da diminuição da subsidiação da CMG;
- ✓ Variação negativa da conta de Gastos e Perdas de Financiamento - 557 m€ (menor capital em dívida);
- Variações com efeito negativo no resultado:
 - ✓ Variação negativa da conta Subsídios à Exploração - 1.688 m€ consequência da decisão da CMG de reduzir o seu apoio;
 - ✓ Variação positiva da conta de Fornecimentos e Serviços Externos - 1.258 m€ em virtude da execução do Plano de Mitigação de Riscos (PMR) aplicado em 2023;
 - ✓ Variação positiva da conta de Gastos com o Pessoal - 498 m€, por força da melhoria das condições remuneratórias do elementos-chave e da contratação de novos funcionários privados (em substituição dos públicos que se reformaram) e atualização do valor base dos funcionários públicos;
 - ✓ Variação positiva dos Gastos de Depreciações e Amortizações - 231m€;
 - ✓ Variação positiva da conta de Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas - 192 m€;

Quanto à variação dos Capitais Próprios, a sua redução advém da variação positiva do Resultado Líquido de 144m€ e variação negativa das Outras Variações do Capital Próprio em 158m€.

Rentabilidade do Ativo

Quanto à rentabilidade do ativo, verificou-se uma valorização de 0.03 pp face ao ano anterior o que traduz um acréscimo de 0,28%. Este desempenho resulta do efeito combinado da diminuição da margem de 17,41% e do aumento da rotação do ativo de 21,41%.

Designação	Un	dez22	dez23	dez24	dez25	Variação 2025 / 2024	
Rentabilidade do Ativo - (c) x (d)	%	8.85	8.37	11.82	11.85	0.03	0.28%
Margem - (c) = (1) : (2) x 100	%	25.25	23.93	28.06	23.17	-4.88	-17.41%
Resultado Operacional - (1)	€	6 438 551	5 882 537	6 934 157	6 537 052	-397 105	-5.73%
Volume de Negócios - (2)	€	25 495 859	24 578 076	24 714 904	28 209 655	3 494 751	14.14%
Rotação - (d) = (2) : (3)	#	0.35	0.35	0.42	0.51	0.09	21.41%
Volume de Negócios - (2)	€	25 495 859	24 578 076	24 714 904	28 209 655	3 494 751	14.14%
Ativo Líquido Total - (3)	€	72 777 302	70 301 730	58 656 305	55 142 409	-3 513 896	-5.99%

EBITDA

Quanto ao EBITDA ajustado de capitalização de juros e provisões, verificou-se um decréscimo de 1,70%, face ao mesmo valor do ano anterior. O aumento dos rendimentos do EBITDA em cerca de 1.905m€, foi insuficiente para superar o aumento dos gastos do EBITDA no montante de 2.004m€.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
66	Volume de Negócios - Acum. Ano	€	25 495 858,74	24 578 076,31	24 714 904,33	28 209 655,19	3 494 750,86	14,14%
69	EBITDA (Ajustado de Cap.Juros e Provisões)	€	12 158 809,34	12 152 253,12	12 903 708,24	12 684 587,54	- 219 120,70	-1,70%
215	Rendimentos do EBITDA (Ajustado Cap. Juros e Rendimentos PI)	€	27 221 662,45	28 331 075,64	29 428 537,65	31 333 516,20	1 904 978,55	6,47%
216	Gastos do EBITDA (Ajustado Provisões e Gastos PI)	€	15 062 853,11	16 178 822,52	16 524 829,41	18 528 928,66	2 004 099,25	12,13%

Compras e Inventários

Em termos globais, verificou-se uma redução do valor dos inventários em cerca de 27m€. O maior contributo para esta redução advém do incremento das perdas por imparidade, cuja variação foi de 19m€, que resultou da reavaliação dos artigos sem rotação nos últimos doze meses.

Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
130	Existências - Total Mat. Primas, subs e de consumo	€	185 382,51	191 394,96	199 933,90	173 201,46	- 26 732,44	-13,37%
131	Existências - Limpeza, hig. e conforto	€	1 782,37	1 491,80	2 292,60	2 201,25	- 91,35	-3,98%
132	Existências - Economato	€	12 670,97	13 962,58	14 512,87	13 263,25	- 1 249,62	-8,61%
133	Existências - Fardamento	€	14 475,14	16 250,50	23 572,31	22 770,06	- 802,25	-3,40%
134	Existências - Mat. Diversos	€	205 455,39	226 474,60	236 423,21	230 672,37	- 5 750,84	-2,43%
135	Existências - Mat. Primas	€	2 123,11	814,25	832,36	1 048,44	216,08	25,96%

Durante o ano de 2025 continuamos a calcular e a acompanhar a evolução do índice de preços relativo aos 100 artigos mais consumidos no ano anterior e cuja negociação não seja efetuada pela central de compras.

Aí são comparados os preços de mercado em cada mês com os respetivos preços médios de 2024 atualizados pela variação do IPC. Desta forma é possível aferir se os preços que estamos a negociar estão a incorporar apenas a inflação ou também margem. Dado que o valor do cabaz depende apenas dos preços negociados, a comparação da evolução do preço do cabaz com a evolução do IPC é um bom indicador de desempenho do departamento de aprovisionamento.

Descrição	dez/24	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
Índice de preços no consumidor (IPC - Base 2012) por Consumo individual por objectivo; Mensal	122.173	121.622	121.489	123.218	124.108	124.510	124.642	124.205	123.933	125.090	125.104	124.735	124.843
Variação Nominal do IPC		-0.55	-0.68	1.05	1.94	2.34	2.47	2.03	1.76	2.92	2.93	2.56	2.67
Variação Percentual do IPC		-0.45	-0.56	0.86	1.58	1.91	2.02	1.66	1.44	2.39	2.40	2.10	2.19
Variação Percentual do Cabaz		-0.08	0.20	0.32	0.36	0.32	-0.07	0.07	0.08	0.08	0.09	-0.04	-0.01
Ganho(+)/Perda(-) Acum %		-0.38	-0.76	0.54	1.23	1.60	2.10	1.59	1.36	2.30	2.31	2.13	2.20

Como se pode verificar na tabela acima, no final de 2025, o IPC aumentou 2,19% e o cabaz diminuiu em 0,01%, o que traduz um ganho global de 2,20%.

Fornecimentos e Serviços Externos (Ajustado Subc. Investimento PI) - Acum. Ano



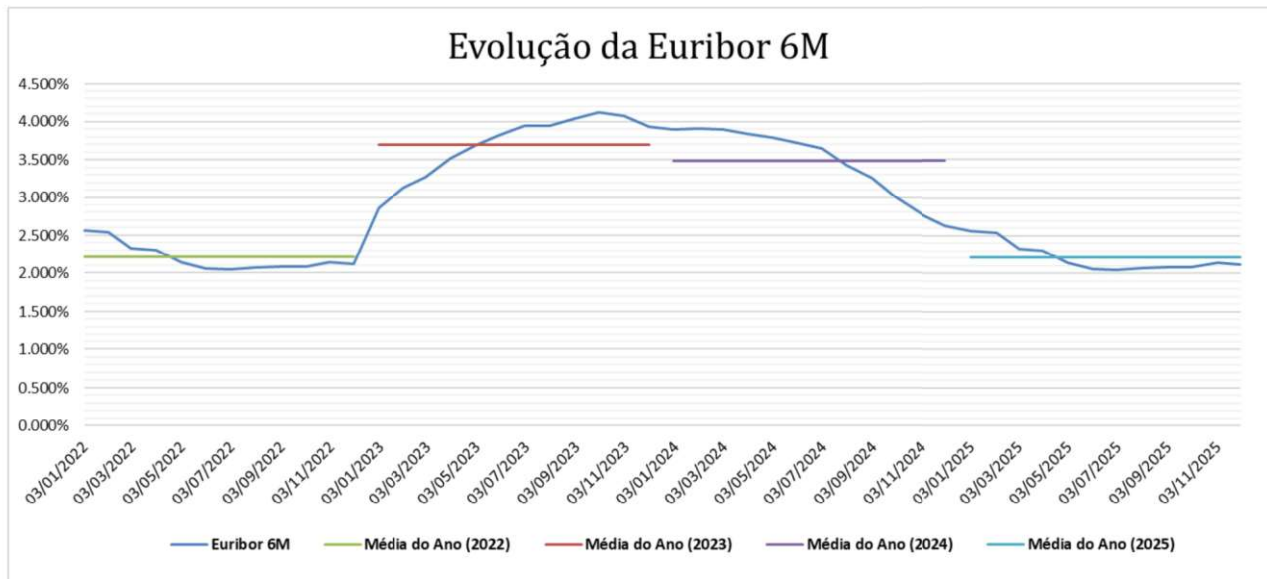
Quanto aos gastos de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), ajustados dos subcontratos relacionados com a construção da infraestrutura da concessão, aumentaram 1.258m€ face ao ano anterior e as principais variações foram:

- Subcontratos Água e Saneamento: +852m€, donde realçamos:
 - ✓ Exploração de ETAR: +355m€;
 - ✓ Pavimentações de água e saneamento: +322m€;
 - ✓ Redes de água e saneamento: +112m€;
 - ✓ Ramais de água e saneamento: +24m€;
 - ✓ Pesquisas de fugas: +20m€;
- Trabalhos especializados: +177m€;
- Conservação e reparação: +169m€;
- Energia e Fluídos: 36m€;
- Seguros: +26m€.
- Rendas e alugueres: +15m€;
- Publicidade e propaganda: +13m€;
- Comunicações: -18m€;
- Comissões: -8m€;

Custo do Endividamento

O comportamento médio anual da taxa EURIBOR 6M traduziu-se numa diminuição de 1,274 pp face ao período homólogo anterior, ou seja, uma redução de 36,58%.

O indicador Custo médio do Endividamento relaciona os encargos financeiros totais com a média do financiamento em dívida. O facto de os encargos financeiros totais incorporarem gastos não relacionados com o financiamento, nomeadamente a atualização financeira da provisão de bens para substituição e da renda à concedente, origina um enviesamento que deve ser considerado.



Ind	Designação	Un	2022	2023	2024	2025	Δ 2025-2024	Δ% 2025-2024
125	Custo médio do endividamento - últ 12 meses	%	8,76	5,89	6,96	5,83	- 1,13	-16,23%

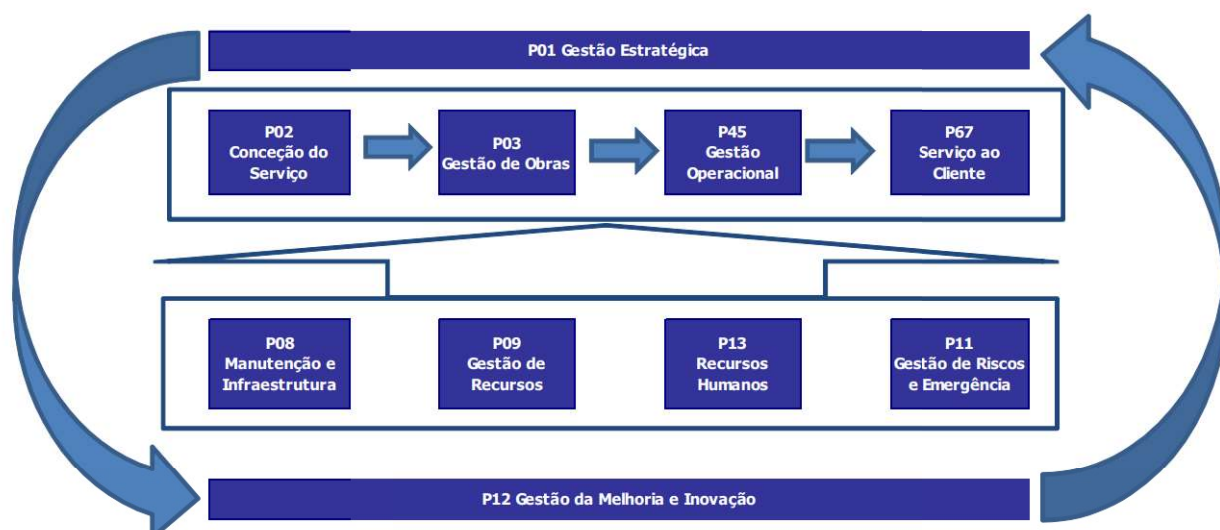
SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA

A AdG implementou um Sistema de Gestão Integrada (SGI), consistente e de acordo com as normas e referenciais internacionais ISO9001:2015; ISO14001:2015 e ISO45001:2023, cujos âmbitos compreendem a globalidade da missão da empresa e se encontra expresso da seguinte forma:

“Conceção, Construção e Gestão do Sistema Municipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Município de Gondomar”, não tendo qualquer exclusão.

O presente relatório apresenta o estado e a evolução do referido Sistema de Gestão Integrada o qual visa o cumprimento dos requisitos expressos nas normas e referenciais acima indicados.

O SGI contempla uma abordagem por processos, cujas principais interações se apresentam na figura seguinte:



Para avaliar as necessidades de alterações ao SGI, foi realizada a análise de contexto, estruturada para abordar as vertentes do Contexto Externo Global, Externo Específico e Interno, tendo sido identificados os seguintes novos aspetos:

No Contexto Interno:

- A flexibilização das modalidades de trabalho
- Inexistência de plano estratégico de digitalização da empresa
- Inexistência de dotação financeira orientada para o cumprimento das metas da ERSAR ao nível da reabilitação da rede de água e águas residuais (designadamente a necessidade de reduzir as afluências indevidas)

A partir desta avaliação foi efetuada uma sistematização com recurso a análise *SWOT* para estabelecer uma síntese das análises internas e externas, estabelecer prioridades de atuação, preparar opções estratégicas, tendo em conta os riscos, os problemas a resolver, assim como as vantagens e as oportunidades a potenciar e explorar.

Na análise *SWOT* foram identificados os novos aspetos:

Pontos Fortes:

- Flexibilização dos regimes de trabalho.

Pontos Fracos:

- O modelo financeiro em vigor não contempla verbas que permitam o cumprimento das metas fixadas pelo regulador relativamente à reabilitação das redes de AA+AR.
- Dificuldade em atender telefonicamente todas as chamadas que nos são endereçadas.
- Existem ainda procedimentos a implementar no âmbito do enquadramento legal da Cibersegurança.

Ameaças:

- A perspetiva de crescimento prevista no Modelo Económico é contrária à evolução populacional registada nos Censos de 2021.
- Descargas clandestinas na rede de AR e recolha de fossas sépticas, sem qualquer controlo de qualidade e quantidade.
- Apesar destas alterações, não foi necessário rever a Política da Organização, que se mantém adequada.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artigo 17.º dos estatutos da Sociedade, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, positivo no montante de 3 921 420,16€, seja integralmente afeto à distribuição de dividendos.

PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Numa visão prospetiva do ano de 2026 é desde já possível identificar um conjunto de assuntos que terão um peso preponderante na atividade da empresa e que poderão, em alguns casos, vir a causar impactos significativos nas contas e/ou condicionar o seu normal funcionamento:

- Reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão, com vista a acomodar os impactos relacionados com:

- ✓ Regulamento das Relações Comerciais da ERSAR (DL 594/2018);
- ✓ Redução da trajetória tarifária, por iniciativa da Concedente.

Relativamente a este assunto decorrem negociações entre a Concessionária e a Concedente, no âmbito do CAC.

- Impactos da aplicação do Regulamento 446/2024 - Regulamento da Qualidade do Serviço Prestado ao Utilizador Final.
- Forte incerteza e eventual agravamento de preços, resultantes das situações de conflito militar na Ucrânia e no Médio Oriente, bem como do atual posicionamento dos Estados Unidos da América relativamente às taxas aduaneiras, e que poderão afetar toda a economia europeia.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Estamos atentos à evolução dos acontecimentos relacionados com os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente. Estas situações provocam uma incerteza global sobre a evolução da economia e dos mercados financeiros. Embora não se estime que possam afetar o cumprimento das obrigações, por parte da empresa, as suas condições de operação poderão sofrer um forte impacto caso se concretize um agravamento generalizado dos custos das matérias-primas, em especial dos combustíveis. No entanto iremos acompanhar com a maior atenção o desenvolvimento destas situações, com o objetivo de tentar antecipar e mitigar esses possíveis impactos.

A esta data a administração não tem conhecimento da existência de outros acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2025, além dos acima referidos e dos decorrentes da normal atividade da Sociedade, que tenham impacto na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025.

// NOTA FINAL

NOTA FINAL

A finalizar, gostaríamos de manifestar o nosso agradecimento aos Acionistas, pelo acompanhamento proporcionado através, designadamente, dos respetivos serviços de apoio a concessionárias, aos funcionários e colaboradores da empresa pelo empenhamento demonstrado na persecução dos objetivos definidos pela Administração e, por último, à Concedente, à entidade financiadora, e aos Corpos Sociais pela forma positiva e cooperante com que pautaram a sua atuação.

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 2025

Anexo I - Publicidade de Participações dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização na sociedade

(n.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

No período a que se refere o relatório, os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, não eram titulares, nem fizeram qualquer aquisição, cessação ou oneração de ações da sociedade.

Anexo II - Publicidade de Participações de Acionistas

(n.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

Em conformidade com o referido artigo, damos publicidade que os acionistas titulares de ações nominativas representativas de pelo menos, um décimo do capital da sociedade, são:

AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA 42,4998%

AQUAPOR - Serviços, SA 42,4998%

CAMILO SOUSA MOTA 15,0000%

Gondomar, 27 de fevereiro de 2026

O Conselho de Administração

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	1 489 676	1 469 133
Propriedades de investimento	8	1 542 000	1 422 000
Ativos intangíveis	6	35 429 387	40 727 831
Ativos por impostos diferidos	15	986 443	961 901
		39 447 505	44 580 865
Ativo corrente:			
Inventários	9	173 201	199 934
Clientes	16.2	5 920 277	7 441 271
Estado e outros entes públicos	17.1	-	-
Outros créditos a receber	16.3	1 326 829	1 285 290
Diferimentos	17.2	61 307	64 502
Caixa e depósitos bancários	4	8 213 288	5 084 443
		15 694 903	14 075 440
Total do Ativo		55 142 409	58 656 305
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	3	2 500 000	2 500 000
Reservas legais	3	500 000	500 000
Outras reservas	3	416 542	416 542
Resultados transitados		11 834 779	11 834 779
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	17.9	1 043 871	1 201 954
Resultado líquido do período		3 921 420	3 776 922
Total do Capital Próprio		20 216 613	20 230 197
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões	12	3 718 115	4 068 612
Financiamentos obtidos	16.1	16 966 330	21 437 736
Outras dívidas a pagar	16.1	1 715 651	2 032 171
		22 400 096	27 538 519
Passivo corrente:			
Fornecedores	16.1	1 820 579	817 966
Estado e outros entes públicos	17.1	670 108	1 470 024
Financiamentos obtidos	16.1	4 858 646	4 639 745
Outras dívidas a pagar	16.1	5 077 570	3 861 057
Diferimentos	17.2	98 796	98 796
		12 525 700	10 887 589
Total do Passivo		34 925 796	38 426 108
Total do Capital Próprio e do Passivo		55 142 409	58 656 305

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Vendas e serviços prestados	11	28 209 655	24 714 904
Subsídios à exploração	13	1 187 948	2 876 413
Trabalhos para a própria entidade	17.8	487 666	476 104
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(4 421 816)	(4 229 919)
Fornecimentos e serviços externos	17.3	(8 918 409)	(7 660 016)
Gastos com o pessoal	17.7	(4 506 341)	(4 008 600)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	9	(18 559)	(9 055)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16.2	(128 708)	(26 471)
Provisões (aumentos/reduções)	12	-	(15 458)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	120 000	82 000
Outros rendimentos	17.4	1 268 781	1 276 008
Outros gastos	17.5	(475 628)	(505 660)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		12 804 588	12 970 250
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	17.6	(6 267 535)	(6 036 093)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 537 052	6 934 157
Juros e rendimentos similares obtidos	16.4	88 966	115 354
Juros e gastos similares suportados	16.4	(1 372 174)	(1 929 051)
Resultado antes de impostos		5 253 845	5 120 461
Imposto sobre o rendimento do período	15	(1 332 424)	(1 343 539)
Resultado líquido do período		3 921 420	3 776 922
Resultado por ação básico		1,57	1,51

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		37 850 805	35 665 850
Pagamentos a fornecedores		(18 226 510)	(21 828 947)
Pagamentos ao pessoal		(2 591 800)	(2 607 745)
Caixa gerada pelas operações		17 032 495	11 229 157
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 473 691)	(1 157 712)
Outros recebimentos/pagamentos		(2 862 793)	198 940
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		12 696 010	10 270 386
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(302 093)	(317 675)
Ativos intangíveis		(11 982)	(280 546)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	40 500
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(314 075)	(557 721)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos (Bancários)		(4 240 000)	(4 040 000)
Financiamentos obtidos (Acionista)		-	-
Juros e gastos similares(Bancários)		(1 236 168)	(1 767 662)
Juros e gastos similares (Acionista)		-	-
Dividendos		(3 776 922)	(11 097 001)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(9 253 090)	(16 904 663)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3 128 845	(7 191 998)
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 084 443	12 276 440
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	8 213 288	5 084 443

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Capital subscrito	Acções (quotas) próprias	Votos Instrumentos de capital	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DE 2024	1	2 500 000	-	-	-	500 000	416 542	19 834 779	-	1 367 853	3 097 001	27 716 174	27 716 174
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												-	-
Alterações de políticas contabilísticas												-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												-	-
Realização do excedente de revalorização												-	-
Excedentes de revalorização												-	-
Ajustamentos por impostos diferidos										53 660 (219 559)		53 660 (219 559)	53 660 (219 559)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												-	-
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício Anterior / Dividendos	2	-	-	-	-	-	-	(8 000 000)	-	(165 899)	(3 097 001)	(11 097 001)	(11 097 001)
	3												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
	4+2+3												
RESULTADO INTEGRAL													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Subscrições de capital												-	-
Subscrições de prémios de emissão												-	-
Distribuições												-	-
Entradas para cobertura de perdas												-	-
Outras operações	5											-	-
												-	-
	6=1+2+3+5												
POSICÃO NO FIM DE 2024		2 500 000	-	-	-	500 000	416 542	11 834 779	-	1 201 954	3 776 922	20 230 197	20 230 197
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												-	-
Alterações de políticas contabilísticas												-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												-	-
Realização do excedente de revalorização												-	-
Excedentes de revalorização												-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	17.9									68 403 (226 486)		68 403 (226 486)	68 403 (226 486)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17.9											-	-
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício Anterior / Dividendos	7	-	-	-	-	-	-	-	-	(158 083)	(3 776 922)	(3 776 922)	(3 776 922)
	8												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
	9=7+8												
RESULTADO INTEGRAL													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Subscrições de capital												-	-
Subscrições de prémios de emissão												-	-
Distribuições												-	-
Entradas para cobertura de perdas												-	-
Outras operações	10											-	-
												-	-
	11=6+7+8+10												
POSICÃO NO FIM DE 2025		2 500 000	-	-	-	500 000	416 542	11 834 779	-	1 043 871	3 921 420	20 216 613	20 216 613

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

ANEXO

Este anexo da Águas de Gondomar, S.A. foi elaborado de acordo com as disposições mencionadas no Sistema de Normalização Contabilística, nomeadamente a divulgação das bases de preparação e políticas adotadas e divulgações exigidas pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

As Notas que se seguem correspondem apenas às divulgações exigidas relativamente às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aplicáveis.

Salienta-se ainda que as Demonstrações Financeiras bem como os valores constantes neste anexo se encontram expressas em euros, arredondados de acordo com o método comum, ou seja, até 0,50 euros arredondados para baixo e acima de 0,50 euros inclusive arredondados para cima.

1. Identificação da entidade

A Águas de Gondomar, SA é uma sociedade anónima constituída em 15 de outubro de 2001, com sede na Rua 5 de Outubro, 112, 4420-086 Gondomar, cujo objeto social consiste na exploração e gestão em regime de concessão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento de Gondomar.

Em 30 de Outubro 2001 foi celebrado o Contrato de Concessão com a Câmara Municipal de Gondomar com a duração de 25 anos, tendo sido assinado em 2009 um aditamento ao mesmo, cujas principais alterações foram:

- Contratualização de um novo plano de investimentos no valor global de 20.776.174,20€;
- Prolongamento da concessão por mais cinco anos, passando a duração do contrato de concessão para 30 anos;
- Reestruturação da tarifa de saneamento por escalões e por ajustamento do tarifário.

Em 14 de Julho 2014 foi assinado o Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão, fundamentado nos termos da alínea a) do número 1 da Cláusula 88.^a do Contrato de Concessão. As partes envolvidas acordaram que esta reposição seria obtida através duma alteração do Preçário e do Plano de investimentos. As principais alterações foram:

- Eliminação da possibilidade de invocar o processo de reequilíbrio com base no desvio dos caudais faturados;
- Redução da TIR acionista de 11,57% para 9,96%;
- Criação dos tarifários Social e Familiar;
- A redução do Preçário subjacente ao recebimento do financiamento do POVT;
- Alargamento do prazo de pagamento da renda da concessão até 2031;
- Reforço dos montantes previstos para a substituição de contadores de forma a cumprir o prazo legal.

A atividade principal da Águas de Gondomar, SA é o fornecimento de água para consumo e a recolha e tratamento de águas residuais. A água aduzida é de origem externa, adquirida à Águas do Douro e Paiva, S.A. Até ao início de junho de 2018, a captação da Lomba abasteceu aquele sistema. As águas residuais recolhidas são encaminhadas para tratamento nas ETAR para que sejam tratadas antes de serem devolvidas ao meio hídrico.

Pelos serviços prestados, a empresa fatura mensalmente aos seus clientes uma tarifa de disponibilidade assim como tarifas volumétricas de água e saneamento, em função do consumo registado. A empresa presta ainda outros serviços, nomeadamente construção de ramais de ligação, retiradas de contador, vistorias, ampliações de rede.

Adicionalmente, a empresa obtém rendimentos residuais resultantes do fornecimento de energia à rede de distribuição (microgeração).

O capital social da empresa é repartido por três acionistas de referência:

Empresa	% Capital Detido	Sede
AQUAPOR Serviços, S.A.	42,5	Avª Marechal Gomes da Costa, 33 - 1ªA 1800-255 Lisboa
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salub	42,5	Quinta da Fonte Office Park - Edifício Q54 D. José - Piso 2 - 2770-203 Paço de Arcos
Camilo Sousa Mota & Filhos, S.A.	15,0	Rua de Bustelo, S/N, 4585-598 Recarei-Paredes

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Sistema de Normalização Contabilística no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo. Supletivamente foi aplicada a IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e SIC 29 - Divulgações - Acordos de Concessão de Serviços, uma vez que a entidade concedente mantém a propriedade das infraestruturas e regulamenta os serviços ao nível do preço praticado, cabendo à Águas de Gondomar, S.A. o direito da utilização das infraestruturas na prestação do serviço público de abastecimento de água e recolha e tratamento de águas residuais.

As demonstrações financeiras preparadas respeitam as características da Compreensibilidade, Relevância, Materialidade, Fiabilidade, Representação Fidedigna, Substância sobre a forma, Neutralidade, Prudência, Plenitude e Comparabilidade e proporcionam aos utentes uma imagem verdadeira e apropriada, na medida em que transmitem informação útil acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações.

Não houve derrogações das disposições das normas SNC, pelo que as Demonstrações Financeiras traduzem uma imagem verdadeira e apropriada.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, atualizado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho;
- As NCRF em vigor na presente data;
- IFRIC 12 e SIC 29.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na prestação de serviços ou para uso administrativo de propriedade da empresa são reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido quando é provável que gere fluxos económicos para a empresa e quando é fiavelmente mensurado.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados linearmente por duodécimos pela vida útil, sendo o gasto com amortizações reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os contadores, por uma questão de gestão, operação, controlo e manutenção encontram-se registados em ativos tangíveis.

Os gastos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) será incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo vier a ser desreconhecido.

São igualmente reconhecidos como ativos tangíveis os bens em regime locação financeira nos termos da NCRF 9.

As vidas úteis consideradas foram as seguintes:

	Anos de Vida Útil 2025/2024
Equipamento Básico	
Ferramentas	4-8
Contadores	8
Outros	8
Equipamentos de Transporte	3-10
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3-10

b) Propriedades de Investimento

A Propriedade de Investimento encontra-se mensurada ao custo, nos termos da NCRF 11, deduzido de imparidade determinada com o valor de mercado do bem.

c) Ativos Intangíveis

A contabilização dos direitos da Concessionária relativamente às infra-estruturas, os serviços de construção e os serviços operacionais, seguem o preconizado na IFRIC 12 e NCRF 19.

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso, o prazo máximo de vida útil será 30 anos.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescido de gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

Por se entender que estes bens estão diretamente ligados ao desempenho da empresa as amortizações são calculadas numa base anual pelo método das unidades de produção (método dos caudais). A taxa de amortização é obtida da seguinte forma:

$$\frac{\text{Volume facturado no ano}}{(\text{Volume facturado no ano} + \text{Volume a facturar até ao final da concessão})}$$

As taxas de amortização aplicadas foram as seguintes:

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Caudal Faturado - Abastecimento (m3/ano)	8 177 403	8 123 690	8 330 474	8 335 408	8 215 924	8 000 466	8 084 192
Caudal Faturado - Saneamento (m3/ano)	3 952 903	4 469 386	4 907 232	5 199 411	4 210 017	4 615 135	5 004 649
	12 130 306	12 593 076	13 237 706	13 534 819	12 425 941	12 615 601	13 088 841
Taxa de Amortização anual	2,24%	2,38%	2,56%	2,69%	2,53%	2,64%	2,81%
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Caudal Faturado - Abastecimento (m3/ano)	8 165 158	8 319 290	8 076 937	7 649 599	7 552 354	7 274 097	7 266 888
Caudal Faturado - Saneamento (m3/ano)	5 643 240	6 742 936	6 540 066	6 413 750	6 301 558	6 165 345	6 206 088
	13 808 398	15 062 225	14 617 003	14 063 350	13 853 912	13 439 443	13 472 976
Taxa de Amortização anual	3,05%	3,43%	3,51%	3,55%	3,68%	5,25%	5,56%
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Caudal Faturado - Abastecimento (m3/ano)	7 218 212	7 336 571	7 128 992	7 125 476	7 409 985	7 158 127	7 116 881
Caudal Faturado - Saneamento (m3/ano)	6 229 619	6 310 580	6 205 206	6 290 573	6 585 921	6 407 180	6 391 531
	13 447 831	13 647 151	13 334 198	13 416 048	13 995 906	13 565 308	13 508 412
Taxa de Amortização anual	5,91%	6,37%	6,69%	7,24%	8,14%	8,59%	9,43%
	2023	2024	2025				
Caudal Faturado - Abastecimento (m3/ano)	7 229 593	7 326 169	7 598 621				
Caudal Faturado - Saneamento (m3/ano)	6 578 810	6 676 011	6 916 610				
	13 808 403	14 002 180	14 515 231				
Taxa de Amortização anual	10,67%	12,13%	14,24%				

O gasto com amortizações de ativos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

d) Investimentos em Curso

Na rubrica de ativos intangíveis em curso encontram-se registadas as obras do plano de investimento até que se encontrem finalizadas e prontas para entrar em funcionamento, momento em que são transferidas para ativos intangíveis.

Os gastos com a construção dos ramais de ligação à rede pública de saneamento são registados na rubrica de investimento financeiros em curso, durante o decorrer da obra. Uma vez terminada a obra, o seu valor de construção é reconhecido em subcontratos e o seu valor de venda em prestação de serviços, independentemente de terem sido faturados, reconhecendo no exercício a margem.

e) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

O imposto sobre o rendimento é apurado tendo em consideração as disposições do IRC (Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), sendo efetuada a distinção, entre impostos correntes e impostos diferidos, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na medida em que se considere provável a sua recuperação no futuro.

Os prejuízos gerados nos exercícios de 2012 e 2013, têm um período de reporte de cinco anos e a partir de 2014 o período de reporte de prejuízos é de doze anos. A partir de 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, será limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

A 31 de dezembro de 2025 não existem quaisquer prejuízos fiscais reportáveis para exercícios futuros, pelo que, não se reconheceu qualquer imposto diferido ativo relacionado com prejuízos fiscais.

▪ Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Diferenças temporárias são diferenças de que resultam quantias que são dedutíveis/tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

▪ Imposto sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de IRC (Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas). Até ao limite de 50.000€ de lucro tributável aplica-se a taxa de 16%, acima deste limite é aplicada a taxa normal de 20%. Esta tributação é acrescida da derrama municipal à taxa de 1,25%. Para Lucro Tributável superior a 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros é aplicável a Taxa de Derrama Estadual de 3%; para Lucro Tributável superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros aplica-se uma taxa de 5% e para Lucro Tributável superior a 35.000.000 euros a taxa aplicável é de 9%.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

f) Inventários

As matérias subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas foi adotado o custo médio ponderado.

g) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas ao custo líquido de imparidades.

A imparidade é determinada com base nos critérios económicos.

h) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

i) Outros créditos a receber

O valor incluído nesta rubrica corresponde essencialmente a valores ainda não faturados relativos a devedores por acréscimo de rendimentos, não tendo sido reconhecida qualquer imparidade.

j) Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Depósitos Bancários correspondem aos valores de caixa e outros depósitos mobilizáveis.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa - ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo.

k) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

l) Rubricas dos Capitais Próprios

▪ Capital Subscrito

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 2.500.000 Euros e encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras, sendo constituído por 2.500.000 de ações nominativas.

▪ Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social. A 31 de dezembro de 2025 o montante das reservas legais encontra-se totalmente realizado.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

m) Financiamentos Obtidos

O empréstimo bancário registado como passivo financeiro, decorrente da concretização da operação de refinanciamento ocorrida em setembro de 2022, encontra-se mensurado ao custo amortizado.

O reconhecimento em 'não corrente' ou 'corrente' advém da sua maturidade.

n) Outras Dívidas a Pagar

A empresa dispôs inicialmente de um conjunto de bens imóveis que integraram o sistema Abastecimento de Água e de Saneamento, do qual resulta o pagamento escalonado de €6.409.552,98 (preços de 2001) ao longo do período da concessão à Câmara Municipal de Gondomar, valor este que é atualizado anualmente pela aplicação do último fator P (fator de revisão do tarifário que representa a estrutura de parâmetros e respetivos pesos de ponderação nos termos da cláusula 69.^a do Contrato de Concessão) conhecido. As restantes dívidas a pagar não vencem juros e estão também mensuradas ao custo.

O reconhecimento não corrente' ou 'corrente' advém da sua maturidade.

o) Fornecedores

As dívidas a pagar são reconhecidas ao custo.

p) Vendas e Prestação de Serviços

As Vendas e Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos concedidos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviços relacionadas com a Tarifa Volumétrica de Água corresponde aos consumos de água estimados para o período em causa. Esta estimativa resulta do facto das leituras dos contadores instalados nos pontos de consumo não serem todas realizadas no último dia de cada

mês, mas sim de dois em dois meses ao longo de todos os dias do mês. Assim, para cada mês é reconhecido como rédito o valor faturado, deduzido do acréscimo do mês anterior, e acrescido do consumo para os dias que medeiam o final de cada mês e a data da última fatura. Esta estimativa é efetuada tendo por base o consumo médio das duas últimas leituras registadas e aplica-se também no caso da Tarifa Volumétrica de Saneamento.

O reconhecimento do rédito da Tarifa de Disponibilidade é feito com base na faturação da tarifa e no acréscimo de dias que ficaram por faturar relativamente ao mês em causa. As restantes prestações de serviços são reconhecidas pela faturação das mesmas, que ocorre no momento da prestação, com exceção dos ramais de ligação de saneamento, realizados por empreitada. Estes últimos são reconhecidos, no momento da sua execução, em gasto pelo valor da empreitada e em rendimento pelo valor constante no tarifário aprovado previamente pela Concedente para aquele exercício.

q) Trabalhos para própria Entidade

São reconhecidos todos os gastos com a construção da infraestrutura da concessão assim como os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a construção de ativos, que levem um período significativo a ficarem preparados para o fim pretendido. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início da utilização.

A fase de acabamento dos contratos de construção é determinada pela elaboração periódica de Autos de Medição de trabalhos que servem de base à faturação apresentada.

r) Fornecimento e Serviços Externos

São registados em FSE-Subcontratos, para além de outros, todos os custos relativos à subcontratação da construção da infraestrutura da Concessão.

s) Juros e Gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

t) Benefícios de Empregados

Os benefícios dos empregados incluem benefícios de curto prazo, sendo o valor mais relevante os vencimentos.

Os gastos relevados nas demonstrações financeiras incluem gastos referentes a colaboradores em regime de cedência de interesse público, que sujeita o trabalhador às ordens da entidade onde presta funções e colaboradores em regime privado de contrato de trabalho.

Existem ainda estabelecidos acordos com algumas entidades externas, com as quais a Águas de Gondomar tem encargos, que proporcionam benefícios de ação social aos colaboradores, bem como um seguro de saúde para os privados e um seguro de vida, seguro este disponível a todos os colaboradores.

Os gastos mensurados incluem ainda as férias e encargos associados de 2025 que, de acordo com a legislação do trabalho, devem ser gozadas pelo trabalhador no ano seguinte.

Juízos de Valor:

✓ Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor em que a empresa opera.

Principais pressupostos relativos ao futuro

Foi reconhecido como Ativo Intangível por contrapartida de Provisões o valor de bens a substituir até ao fim da concessão previsto no Modelo Económico-Financeiro da Concessão. Este valor é atualizado anualmente pelo IPC, de acordo com o preconizado pela NCRF 27 e IFRIC 12.

Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

✓ Imparidade dos créditos a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

Os créditos a receber são ajustados pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	31-12-2025	31-12-2024
Caixa	10 173	13 903
Depósitos à ordem	8 203 115	5 070 540
	8 213 288	5 084 443

Não existe qualquer limite à mobilização das contas bancárias.

5. Partes Relacionadas

5.1. Relacionamentos com empresas-mãe

- Nome da empresa-mãe imediata
AGS - Administração Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.
Aquapor - Serviços, S.A.
Camilo Sousa Mota & Filhos, S.A
- Nome da empresa-mãe controladora final
AGS MCKUK HOLDINGS LIMITED
Criar Vantagens - Águas e Resíduos, Lda.
- Nome da empresa-mãe intermédia superior seguinte que produz demonstrações financeiras disponíveis para uso público (se nem (a) ou (b) o fizerem):
Marubeni Corporation
Saur International, SAS

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

Relativamente às remunerações do pessoal chave de gestão, foram reconhecidos os únicos benefícios existentes, de curto prazo, e que correspondem à distribuição do quadro seguinte:

Descrição	2025	2024
Benefício de curto prazo dos empregados	693 111	712 698
Benefícios pós-emprego	-	-
Outros benefícios de longo prazo	-	-
Benefícios por cessação de emprego	-	-
Pagamentos com base em ações	-	-
	693 111	712 698

Foram considerados Pessoal Chave na Gestão o Diretor Geral, os Assessores e os Diretores de Departamento.

5.3. Transações entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Entidades	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta / Transações que faz	Serviços que recebe / Transações que recebe
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.	Assistência Técnica	Valor dos Serviços prestados
	Cedência da Administração / FHonorários	
	Workwise	
	Waterwise	
	Exploração Etar's	
	Aluguer de Equipamentos	
	Data Protection Officer	
	PENSA	
	Conservação EEARs e ETARs	
	Plano de melhoria da eficiência energética	
AQUAPOR Serviços, S.A.	Assistência Técnica	Valor dos Serviços prestados
	Cedência da Administração	Honorários
	Apoio Comercial	
	Auditoria	
Camilo Sousa Mota, S.A.	Execução de obras	Valor dos Serviços prestados
	Cedência da Administração / FHonorários	

b) Transações e saldos pendentes:

Entidades	Natureza do Relacionamento	Contas a receber	2025		Contas a receber	2024	
			Compras	Contas a pagar		Compras	Contas a pagar
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.	Assistência Técnica		564 193	-		494 663	-
	Cedência da Administração/Pessoal		59 390	5 023		59 390	5 023
	Workwise		33 454	8 210		32 766	3 358
	Waterwise		45 269	3 429		41 143	4 235
	Exploração Etar's		2 222 711	701 197		1 611 094	74 739
	Aluguer de Equipamentos		-	-		154	-
	Data Protection Officer		6 825	700		6 684	685
	PENSA		-	-		6 208	3 818
	Conservação EEARs e ETARs		148 555	-		57 298	423
	Plano de melhoria da eficiência energética		11 739	1 604			
AQUAPOR Serviços, S.A.	Assistência Técnica		564 193	-		494 663	-
	Cedência da Administração		59 390	5 023		59 390	5 023
	Apoio Comercial		20 106	2 061		20 106	2 061
	Auditoria		2 580	2 983		2 580	-
Camilo Sousa Mota, S.A.	Execução de obras		260 412	-		197 236	-
	Cedência da Administração/Pessoal		29 695	-		29 695	-

6. Ativos Intangíveis

Todos os Ativos intangíveis têm vida útil finita sendo a mesma definida desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso o prazo máximo de vida útil é 30 anos. As amortizações destes bens são calculadas numa base duodecimal pelo método das unidades de produção e o gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica gastos/reversões de depreciação e amortização.

No processo do concurso da concessão a Empresa assumiu compromissos de prestação de serviços de construção de infraestruturas. De acordo com a IFRIC 12 e NCRF 19 esta construção é reconhecida em rédito e gasto pelos serviços de construção e em ativo intangível pelos serviços de construção acrescido da capitalização de encargos financeiros imputáveis durante a construção.

Ativo Bruto

	Saldo em 01/01/2024	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2024	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2025
Direitos da Concessão	108 535 926	571 361	-	-	109 107 287	501 566	-	-	109 608 852
Direitos da Concessão em curso	32 711	(15 674)	-	-	17 037	-	-	-	17 037
Programas de computador	926 549	-	-	-	926 549	22 605	-	-	949 154
	109 495 186	555 686	-	-	110 050 872	524 171	-	-	110 575 043

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 01/01/2024	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2024	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2025
Direitos da Concessão	63 006 723	5 588 917	-	-	68 595 640	5 784 609	-	-	74 380 249
Programas de computador	693 273	34 128	-	-	727 401	38 006	-	-	765 407
	63 699 996	5 623 045	-	-	69 323 041	5 822 615	-	-	75 145 656
Valor Líquido	45 795 190				40 727 831				35 429 387

Encontram-se igualmente registados em Ativos Intangíveis os gastos iniciais do arranque da concessão e gastos de reequilíbrio.

O valor em Direitos da Concessão em curso dizem respeito adiantamentos a fornecedores de Investimento ainda não regularizados.

7. Ativos Fixos Tangíveis

As bases de mensuração e métodos de depreciação usados para determinar a quantia escriturada encontram-se descritas no ponto 3.1 alínea a).

Ativo Bruto									
	Saldo em 01/01/2024	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	correções e Transf.	Saldo em 31/12/2024	Aumentos	Abates e Alienações	correções e Transf.	Saldo em 31/12/2025
Equipamento básico	6 523 420	389 675	5 870	-	6 907 225	236 307	64 116	-	7 079 416
Equipamento de transporte	64 622	120 000	15 200	-	169 422	44 350	-	-	213 772
Equipamento administrativo	652 803	48 860	-	-	701 662	48 022	21 962	-	727 723
Outros Ativos fixos tangíveis	1 164 357	54 974	-	-	1 219 331	152 344	870	-	1 370 805
	8 405 201	613 509	21 070	-	8 997 641	481 023	86 949	-	9 391 716

Depreciações Acumuladas									
	Saldo em 01/01/2024	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	correções e Transf.	Saldo em 31/12/2024	Aumentos	Abates e Alienações	correções e Transf.	Saldo em 31/12/2025
Equipamento básico	5 575 756	281 277	4 335	-	5 852 698	295 230	50 789	-	6 097 140
Equipamento de transporte	56 668	28 712	13 410	-	71 970	39 021	-	-	110 991
Equipamento administrativo	520 326	53 234	-	-	573 560	55 353	19 730	-	609 183
Outros Ativos fixos tangíveis	980 456	49 824	-	-	1 030 280	55 316	870	-	1 084 725
	7 133 206	413 048	17 745	-	7 528 508	444 920	71 388	-	7 902 039
Valor Líquido	1 271 995				1 469 133				1 489 676

8. Propriedades de Investimento

Nesta rubrica encontra-se registado um terreno mensurado ao custo, cujo valor ascende a 1.722.920€. Foi feita uma avaliação de mercado a este ativo, da qual resultou uma reversão da perda por imparidade de 120.000€. Sendo o valor da imparidade acumulada a 31.12.2025 de 180.920€.

9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	Inventários 2024			2025		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo						
Material Hidráulico	236 423	73 942	162 481	230 672	91 769	138 904
Economato	14 513	6 684	7 829	13 263	8 180	5 083
Fardamento	23 572	2 343	21 229	22 770	2 040	20 730
Outros	9 570	1 175	8 395	9 199	715	8 484
	284 078	84 144	199 934	275 905	102 704	173 201

Durante o exercício de 2025 as imparidades em inventários foram ajustadas em 18.559€. No final do exercício as perdas por imparidades acumuladas ascendem a 102.704€.

	Saldo em 01/01/2024	Aumentos / Reversões	Utilizações	Saldo em 31/12/2024	Aumentos / Reversões	Utilizações	Saldo em 31/12/2025
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo							
Material Hidráulico	65 968	7 974	-	73 942	17 827	-	91 769
Economato	7 287	(602)	-	6 684	1 496	-	8 180
Fardamento	1 529	814	-	2 343	(304)	-	2 040
Outros	305	870	-	1 175	(460)	-	715
	75 089	9 055	-	84 144	18 559	-	102 704

Custo das matérias subsidiárias consumidas:

Inventários	Matérias Subsidiárias e de Consumo
Existências em 01-01-2024	266 484
Compras	4 550 757
Regularização Existências	(303 244)
Existências em 31-12-2024	284 078
	<u>4 229 919</u>
Existências em 01-01-2025	284 078
Compras	4 615 183
Regularização Existências	(201 540)
Existências em 31-12-2025	275 905
	<u>4 421 816</u>

O valor das compras acima corresponde essencialmente a:

- Água adquirida para venda cujos valores ascendem em 2025 a 4.112.758€ e em 2024 a 3.925.941€
- Contadores cujos valores ascendem em 2025 a 181.137€ e em 2024 a 293.853€

O valor apresentado em existência no final de cada ano, não considera a imparidade de inventários, que são de 102.704€ e 84.144€ em 2025 e 2024, respetivamente.

Considera-se que não existe inventário de água, pelo que o valor relativo à sua compra se reflete como gasto do período.

As regularizações mencionadas traduzem essencialmente a transferência de contadores do armazém para ativos tangíveis, aquando da sua colocação no cliente.

10. Contratos de construção

A Empresa, no âmbito da prestação de serviços de construção de infraestruturas da Concessão, reconhece nas suas demonstrações, os gastos incorridos e o rédito respetivo.

Os serviços subcontratados a entidades externas são faturados com base em autos de medição pelo grau de acabamento.

As quantias registadas de gastos e rédito, cujos montantes são iguais, foram as seguintes:

	2025	2024
Construção de Infraestruturas da Concessão - Realizados Internamente	487 666	476 104

Como forma de garantir a boa execução da construção foram feitas retenções, cujos valores acumulados ascendem a:

	2025	2024
Retenções	7 617	19 599

11. Vendas e Serviços Prestados

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços, encontram-se descritos nas alíneas o) do parágrafo 3.1.

As quantias de rédito reconhecidas no período foram:

Vendas e Serviços Prestados	2025	2024
Prestação de serviços - Água		
Tarifa volumétrica de água	10 217 243	9 090 770
Tarifa de Disponibilidade	6 801 197	6 064 184
Fiscalização da água	1 680	681
Colocação/Substituição Contadores	55 068	51 223
Tarifa de Ligação de Água	200 292	182 790
Ramais de Água	150 762	116 922
Tarifa de Religação	29 719	55 551
Retirada Contador	11 404	12 233
Ampliação Rede Água	20 052	26 622
Vistoria	104 986	96 389
Suspensão de Fornecimento	79 201	91 453
Restabelecimento de Fornecimento	3 563	1 591
Receção e Apreciação de Projectos	-	2 184
Outros	-	807
Subtotal	17 675 167	15 793 399
Prestação de serviços - Saneamento		
Tarifa volumétrica de saneamento	6 380 551	5 471 547
Tarifa ligação saneamento	205 330	88 433
Ramais de saneamento - Edital	22 189	11 605
Inspeção administ.sistemas prediais	79	815
Ampliação Rede Saneamento	62 464	1 599
Ramal Saneamento - Cliente	308 465	182 058
Tarifa Disponibilidade Saneamento	3 553 959	3 164 929
Outros	1 451	519
Subtotal	10 534 488	8 921 505
Total	28 209 655	24 714 904

12. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

À data de balanço, existem as provisões constituídas:

- Provisão para impostos - O saldo refere-se ao processo de impugnação judicial respeitante a liquidações de IVA (processo 1248/14.6BEPRT).
- Processos judiciais em curso - Foi constituída uma provisão no valor de 10.040€ para o processo de Contra Ordenação instaurado pela Câmara Municipal de Gondomar, relacionado com a execução de obras (processo CO 104/2021 e Apensos).

- Atualização bens de substituição - Foi realizado um aumento de 81.308€ na provisão para bens de substituição, resultante da atualização do IPC (Índice de Preço no Consumidor), valor este que se estima vir a ser gasto na substituição de equipamentos, conforme Modelo Económico-Financeiro da Concessão. A provisão foi utilizada em 431.805€ pelo gasto em bens de substituição no decorrer de 2025. O valor de 431.805€ em atualização de bens de substituição não se encontra registada na rubrica Provisões uma vez que se trata de uma atualização financeira, sendo por esse motivo registada em Outros Gastos e Perdas de Financiamento.
- Provisão para multas ambientais - Resulta de um processo de contra-ordenação instaurado à empresa (processo 311/2006 - 70.000€).

Provisões

	Saldo em 01/01/2024	Constituição e reforço	Reversões	Utilizações	Saldo em 31/12/2024	Constituição e reforço	Reversões	Utilizações	Saldo em 31/12/2025
Impostos	76 416	-	64 744	-	11 672	-	-	-	11 672
Processos judiciais em curso	200 102	10 040	200 102	-	10 040	-	-	-	10 040
Atualização bens de substituição	3 932 971	108 027	-	64 098	3 976 900	81 308	-	431 805	3 626 402
Suplemento de penosidade	45 967	-	-	45 967	-	-	-	-	-
Matérias ambientais	70 000	-	-	-	70 000	-	-	-	70 000
	4 325 456	118 067	264 846	110 065	4 068 612	81 308	-	431 805	3 718 115

13. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Subsídios	2025	2024
Câmara Municipal de Gondomar	1 179 002	2 876 413
Subsídios IEPF	8 946	-
	1 187 948	2 876 413
Construção do reservatório e da conduta Mestra de Baguim	251 946	290 101
Remodelação das ETAR Gramido e Rio Tinto	791 925	911 853
	2 231 819	4 078 367

Decorrente do acordo estabelecido com a Câmara Municipal de Gondomar (Memorando de Entendimento), foi reconhecido um subsídio a receber da Câmara Municipal de Gondomar que contempla 641.923€ de compensação direta decorrente da diferença entre os preços em vigor e os preços praticados em 2025 e 537.079€ correspondente aos montantes pagos pela concessionária relativos à renda à concedente e às rendas dos edifícios.

O subsídio registado em capitais próprios líquido de impostos, diz respeito a valores recebidos no âmbito da candidatura do ON.2 ao “Ciclo Urbano da Água - vertente em baixa” para a Construção do Reservatório e da Conduta Mestra de Baguim e no âmbito da candidatura ao POVT do Sistema Integrado de Saneamento de Gondomar - Construção e/ou Ampliação de duas ETAR e Sistema do Sousa. Para estes subsídios, cujos valores ascendem os 1.170.312€ e os 2.655.116€ foram reconhecidos créditos em função das depreciações dos períodos de 841.099€ e 1 620 327€.

14. Acontecimentos após a data do balanço

O Relatório e Contas foram aprovados pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2026 tendo sido na mesma data autorizadas para emissão as respetivas demonstrações financeiras.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

A esta data a administração não tem conhecimento da existência de outros acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2025, além dos decorrentes da normal atividade da Sociedade, que tenham impacto na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024.

15. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado nas demonstrações financeiras é apurado de acordo com o preconizado no Código do IRC. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou em exercícios anteriores.

O imposto do exercício foi apurado da seguinte forma:

	Base de Imposto	
	2 025	2 024
Resultado antes de impostos	5 253 845	5 120 461
Variações patrimoniais	-	-
	<u>5 253 845</u>	<u>5 120 461</u>
<u>Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais</u>		
Depreciação e atualização provisão para bens de substituição	277 736	245 348
Depreciações e imparidade não aceites como gasto	65 061	63 071
Ajustamentos em inventários	18 559	9 055
Insuficiência de estimativa de impostos	-	33 355
Donativos	1 746	2 400
Menos valias com intenção de reinvestimento	-	-
Multas e coimas	25 467	364
Despesas não documentadas	-	-
Créditos incobráveis não aceites como gasto	108 001	142 551
Outros	11 295	1 260
	<u>507 865</u>	<u>497 404</u>
<u>Rendimentos não tributáveis</u>		
Reversão de Provisões	-	122 276
Perdas por imparidade tributadas em períodos anteriores	22 608	36 232
Excesso da estimativa para impostos	-	-
Mais-valias contabilísticas	-	-
Benefícios fiscais	-	12 172
	<u>22 608</u>	<u>170 680</u>
Lucro tributável	5 739 102	5 447 184
Deduções Prejuízos fiscais	-	-
	<u>5 739 102</u>	<u>5 447 184</u>
Taxa de imposto sobre rendimento	1 145 820	1 141 909
Imposto calculado	<u>1 145 820</u>	<u>1 141 909</u>
Derrama (1,5%)	71 739	68 090
Derrama Estadual	127 173	118 416
Tributação autónoma	12 234	14 248
Imposto sobre o rendimento	1 356 966	1 342 662
Taxa efetiva de imposto	24%	25%

O imposto corrente e diferido apurado foi o seguinte:

Imposto	2 025	2 024
Imposto Corrente		
IRC do ano	1 356 966	1 342 662
Imposto Diferido		
Por diferenças temporárias	(24 541)	877
	1 332 424	1 343 539

Em termos de Ativos e Passivos por Impostos Diferidos para cada período reconhecidos no Balanço os valores são:

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

	Contas de Balanço		Contas Demonstração de Resultados		Outras Rubricas de Capital Próprio	
	2 025	2 024	2 025	2 024	2 025	2 024
Impostos Diferidos Ativos						
Bens de substituição	919 653	899 043	(20 610)	(39 211)	-	-
Imparidade de clientes	24 328	21 599	(2 729)	8 843	-	-
Suplemento de penosidade	-	-	-	11 230	-	-
Imparidade Propriedade de Investimento	42 462	41 260	(1 202)	20 016	-	-
Impostos Diferidos Ativos	986 443	961 901	(24 541)	877	-	-
Impostos Diferidos Passivos						
Impostos Diferidos Passivos	-	-	-	-	-	-
Imp. diferidos Ativos / (passivos) líq.	986 443	961 901	(24 541)	877	-	-

De acordo com o entendimento da Comissão de Normalização Contabilística sobre a contabilização de impostos diferidos sobre os subsídios, estes devem ser reconhecidos em capitais próprios pelo seu valor líquido de imposto.

No exercício de 2025, para cálculo de impostos diferidos foi aplicada a taxa de 24,44% (24,43% em 2024) que corresponde à taxa efetiva calculada com base no orçamento de 2025 aprovado.

Os impostos diferidos relacionados com o subsídio ao investimento recebido estão mensurados na rubrica Outras dívidas a pagar, ascendendo a 320.131€ no exercício findo em 31/12/2025.

16. Ativos e passivos financeiros

As bases de mensuração utilizadas para os ativos e passivos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de ativos e passivos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do parágrafo 3.1:

- Alínea f) - Clientes
- Alínea h) - Outros Créditos a Receber
- Alínea i) - Caixa e Depósitos Bancários
- Alínea l) - Financiamentos Obtidos
- Alínea m) - Outras dívidas a Pagar
- Alínea n) - Fornecedores

16.1. Passivos financeiros mensurados ao custo e ao custo amortizado

O empréstimo bancário encontra-se mensurado ao custo amortizado. Os restantes Passivos Financeiros encontram-se mensurados ao custo.

Passivos Financeiros	2 025	2 024
Passivos não correntes		
Financiamentos Obtidos	16 966 330	21 437 736
Outras dívidas a pagar		
Retribuição à Concedente	1 395 520	1 643 637
Imposto Subsídios ao Investimento	320 131	388 534
	18 681 981	23 469 907
Passivos Correntes		
Instrumentos Financeiros	-	-
Financiamentos Obtidos	4 858 646	4 639 745
Fornecedores	1 820 579	817 966
Outras dívidas a pagar	5 077 570	3 861 057
Fornecedores de Investimento	130 918	50 736
Retribuição à Concedente	285 053	280 095
CMG (saldos credores)	2 650 837	1 753 165
CMG (saldos devedores)	(250 000)	(250 000)
Retenções de Garantia	7 617	19 599
Créditos a clientes	117 730	109 183
Acréscimos de Gastos	2 116 169	1 879 857
Férias e Subsídio de Férias	783 263	462 330
Subcontratos	713 546	836 868
Trabalhos especializados	121 146	144 953
CMVMC	342 524	330 766
Aluguer de equipamentos	19 768	313
Electricidade	81 364	73 429
Comissões	22 673	22 828
Honorários	917	537
Comunicações	1 651	2 301
Outros	29 317	5 532
Outras	19 246	18 422
	11 756 795	9 318 769

A Variação dos passivos correntes e não corrente deve-se essencialmente ao reembolso de duas tranches de capital no valor de 2.120.000€ em março e setembro de 2025. Existe ainda uma variação relevante nos gastos relacionados com exploração de ETAR e com as faturas da Endesa que estão por liquidar. O encontro de contas com a CMG relativamente ao período de outubro e novembro foi apenas liquidado em janeiro de 2026.

O detalhe dos financiamentos correntes e não correntes e respetivas condições são os indicados no quadro seguinte:

Financiamentos Obtidos	2 025	2 024
Não correntes		
Emprestimo Bancário	16 966 330	21 437 736
Condições	Euribor 6m+1,75%	Euribor 6m+1,75%
Total	16 966 330	21 437 736
Correntes		
Emprestimo Bancário	4 560 000	4 240 000
Juros de Empréstimos Bancários a liquidar	298 646	399 745
Total	4 858 646	4 639 745

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço nem situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

16.2. Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade

Os Clientes, mensurados ao custo, decompõem-se da seguinte forma:

Clientes	2025	2024
Clientes gerais	10 838 772	12 137 183
Cobranças de clientes em conciliação	(295 085)	(201 211)
Clientes perdas imparidade acumuladas	(4 623 409)	(4 494 701)
	5 920 277	7 441 271

A rubrica “Cobrança de clientes em conciliação” corresponde aos valores recebidos até 31 de dezembro de 2025, mas cuja integração no *Aquamatrix* ou depósitos bancários só ocorrerá nos dias posteriores, em conformidade com a prática *SEPA - Single Euro Payments Area*. Salienta-se que em 2025 foi realizado um processo de recuperação de IVA, tendo o saldo da conta de clientes gerais sido diminuída em 143.880€ por esta via. A recuperação de IVA decorrente deste processo ascendeu a 10.146€.

O saldo de clientes por antiguidade apresenta-se da seguinte forma:

Ano	Não vencido	< 30	30<X< 60	60<X< 90	90<X< 120	120<X<180	180<X<360	360<X<9999	Total Geral
2025	4 052 240	1 118 370	131 801	82 125	64 849	97 314	176 118	4 998 226	10 721 042
2024	5 870 347	813 567	126 536	58 716	44 424	65 650	147 036	4 901 724	12 028 000

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Imparidade
Saldo em 01-01-2024	4 468 231
Reforço do ano	111 578
Utilizações	(85 108)
Reversões	-
Saldo em 31-12-2024	4 494 701
Reforço do ano	188 175
Utilizações	(59 467)
Reversões	-
Saldo em 31-12-2025	4 623 409

16.3. Outros créditos a Receber

A rubrica Outros Créditos a Receber, mensuradas ao custo, decompõem-se da seguinte forma:

Outros créditos a receber	2025	2024
Acréscimo de faturação	1 194 328	1 167 095
Outros	132 501	118 195
	1 326 829	1 285 290

16.4. Gastos de financiamento

Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

	2 025	2 024
Juros e Outros Rendimentos Similares		
Juros de Depósitos	-	36 000
Juros de mora	88 966	79 354
	88 966	115 354
Gastos de Financiamento		
Empréstimos Bancários	1 223 463	1 730 267
Juros de Mora	112	364
Garantias Bancárias	27 315	29 068
Atualização da Renda a concedente	80 017	115 922
Atualização da Provisão para Bens de Substituição	36 936	50 339
Outros	4 332	3 091
	1 372 174	1 929 051

17. Outras informações

17.1. Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos	2 025	2 024
Saldos a Pagar		
Impostos sobre Rendimento Colectivo (Estimativa de Imposto)	1 356 966	1 342 662
Impostos sobre Rendimento Colectivo (Pagamentos por conta e Pagamentos Adicionais por conta)	(1 170 323)	(1 038 509)
Retenções na Fonte	27 836	46 739
IVA	123 971	673 287
Contribuições para a Segurança Social	41 017	34 002
Contribuições para Entidades Estatais	53 964	94 240
Outras Tributações	1 670	561
Taxa de Recursos Hídricos	235 007	317 043
Total Saldos a Pagar	670 108	1 470 024
Saldo do Estado Líquido	(670 108)	(1 470 024)

17.2. Diferimentos

As rubricas de gastos e rendimentos a reconhecer discriminam-se da seguinte forma:

Diferimentos Passivos

	2025	2024
Diferimentos de Rendimentos		
Ramais de Saneamento	98 696	98 696
Outros	100	100
	98 796	98 796

Diferimentos Ativos

	2025	2024
Diferimento de gastos		
Trabalhos Especializados	59 321	59 955
Outros	1 986	4 547
	61 307	64 502

Os rendimentos a reconhecer relativos a ramais de saneamento dizem respeito à compra dos direitos, ocorrida em 2011, relacionados com os ramais construídos pela concedente.

17.3. Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte

Fornecimentos e serviços externos	2025	2024
Subcontratos Água	1 004 247	608 843
Subcontratos Saneamento	3 646 854	3 190 122
Análises Laboratoriais	21 628	10 600
Auditorias	29 418	31 326
Contratos manutenção	252 167	226 007
ERSAR	80 729	78 808
Assistência Técnica	1 148 492	1 009 757
Outros trabalhos especializados	181 302	180 687
Publicidade e propaganda	44 850	32 038
Vigilância e segurança	30 142	36 061
Honorários	152 975	159 226
Comissões	340 947	349 417
Conservação e reparação	425 851	256 810
Materiais	6 581	6 315
Electricidade	430 318	396 171
Combustíveis	135 457	134 339
Água	7 086	6 706
Gás	2 665	2 960
Deslocações, estadas e transportes	7 208	6 363
Rendas de Imóveis	238 834	238 650
Aluguer máquinas	19 047	24 769
Aluguer de viaturas	192 086	171 647
Outros Alugueres	3 743	3 955
Comunicação	244 103	261 884
Seguros	136 745	110 372
Contencioso e notariado	89 716	81 203
Despesas de representação	4 475	7 466
Limpeza, higiene e conforto	39 395	37 111
Outros Fornecimentos e serviços externos	1 347	401
Total	8 918 409	7 660 016

Os gastos incorridos com a sociedade de Revisores oficiais de contas, Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., relativos a honorários nos exercícios de 2025 e 2024 foram de 18.100€ e 17.500€ respetivamente.

17.4. Outros Rendimentos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros rendimentos	2025	2024
Out. Rend.Supl. - Serviço Cobrança RSU	367 616	335 708
Out. Rend.Supl. - Reembolso Companhia de Seguros	12 212	4 491
Out. Rend.Supl. - Encargos Judiciais	71 514	82 024
Out. Rend.Supl. - Encargos Administrativos	19 866	21 988
Out. Rend.Supl. - Encargos Emissão e Expedição Correio	299 251	302 388
Out. Rend.Supl. - Microprodução	1 322	1 023
Out. Rend.Supl. - Diversos	267	10 358
Descontos de pronto pagamento obtidos	857	7 208
Recuperação de dívidas a receber	37 461	29 986
Ganhos em inventários	8 258	2 863
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiri	37 957	741
Correções relativas a periodos anteriores	181 896	253 742
Recebimentos extra Aquamatrix	161 676	172 933
Reembolsos do tribunal	5 416	22 678
Revisão de preços ETAR	-	26 959
Encargos com progressões de carreira	-	20 932
Outras	14 804	10 240
Imputação de subsídios para investimentos	226 486	219 559
Outros rendimentos	3 819	3 929
Total	1 268 781	1 276 008

17.5. Outros Gastos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros gastos	2025	2024
I.M.I.	2 658	2 681
imposto circulação	853	795
Taxas	3 603	2 163
Dívidas incobráveis	108 001	142 551
Perdas em inventários	5 580	713
Alienações	11 295	-
Correções relativas a exercícios anteriores	67 593	121 494
Donativos	2 246	2 900
Quotizações	1 000	1 000
Multas não Fiscais	25 078	-
Indemnizações por sinistros	5 101	9 957
Outros gastos	242 619	221 406
Total	475 628	505 660

O montante registado em 2025 em Correções relativas a exercícios anteriores inclui o valor de 53.890€ de gastos com o pessoal. Os valores registados em Outros gastos são respeitantes ao processo de recuperação de IVA realizado em 2025, cujo valor ascende a 108.001€ e a regularizações de recebimentos extra de clientes no valor de 158.866€.

17.6. Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2025	2024
Ativos Intangíveis		
Direitos da Concessão	5 784 609	5 588 917
Programas de computador	38 006	34 128
	5 822 615	5 623 045
Ativos Fixos Tangíveis		
Equipamento básico	295 230	281 277
Equipamento de transporte	39 021	28 712
Equipamento administrativo	55 353	53 234
Outros Ativos fixos tangíveis	55 316	49 824
	444 920	413 048
	6 267 535	6 036 093

17.7. Gastos com o pessoal

As políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de gastos com o pessoal encontram-se descritas na alínea s) do parágrafo 3.1

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos com o Pessoal	2025	2024
FUNCIONÁRIOS REQUISITADOS		
Remuneração base	993 738	1 024 220
Subsídio de refeição	127 615	131 135
Subsídio jovens deficientes	4 612	4 612
Horas extraordinárias	37 429	36 584
Subsídio de turnos	36 259	34 417
Prémios	57 393	58 845
Abono de família	4 958	4 645
Abono para falhas	4 819	4 642
Ajudas de custo	6 436	6 840
FUNCIONÁRIOS EMPRESA		
Remunerações base	1 180 575	976 160
Subsidio refeição	132 501	120 101
Outras compensações	-	10 000
Horas extraordinárias	8 390	10 167
Subsídio de turnos	19 068	16 146
Prémios	24 655	65 018
Abono para falhas	7 539	7 581
Ajudas de custo	6 385	5 762
Encargos sobre remunerações		
Segurança Social	295 629	258 558
Caixa Geral de Aposentações	269 654	286 266
AMUT	34 714	34 434
Quotas do C.C.D.	29 749	27 523
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	54 264	53 237
Outros/Seguros Saúde	22 952	19 737
Formação	39 274	22 492
Saúde, Higiene e Segurança	27 883	28 401
Duodécimos	1 035 159	702 222
Outros gastos com o pessoal	44 691	58 856
Total	4 506 341	4 008 600

Em 31/12/2025 a empresa tinha ao seu serviço 145 colaboradores sendo que, o número médio nesse ano foi de 144 e de 146 em 2024.

17.8. Trabalhos para a própria empresa

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2 025	2 024
Construção de Infraestruturas da Concessão - Realizada Internamente	487 666	476 104

A discriminação dos contratos de construção encontra-se na nota 10 e as políticas contabilísticas adotadas nos trabalhos para a própria empresa encontram-se definidas na alínea p) do parágrafo 3.1.

17.9. Rúbricas de capital

A rúbrica de Ajustamentos / Outras variações no capital próprio decompõe-se da seguinte forma:

2025				
	Saldo Inicial	Movimentos do ano		Saldo Final
		Valor Base	Imposto Diferido	
Subsídio	1 201 954	(226 667)	68 584	1 043 871

17.10. Garantias Concedidas a Terceiros

A 31 de Dezembro de 2025 encontravam-se ativas as seguintes garantias prestadas a favor de terceiros:

Entidade	Finalidade	Montante
Câmara Municipal de Gondomar	Contrato de Concessão	2 992 787
Administração da Região Hidrográfica do Norte	Cumprimento dos parâmetros de descarga das ETARs	130 000
Petrolgal	Fornecimento de combustível	18 500
Juiz da Comarca de Gondomar	Pagamento da indemnização no âmbito da implantação nde coletor de ARD do sistema de Ferreirinha	722
		3 142 009

17.11. Política de gestão de riscos relativos a instrumentos financeiros

Princípios gerais

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de taxa de juro
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

// CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

